

INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW – IJDL
ano 04 · n. 02 · maio/agosto 2023 – Publicação quadrimestral
DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.2

04

ISSN 2675-7087

IJDL

International Journal of
DIGITAL LAW

 **NUPED**
Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas
e Desenvolvimento Humano da PUCPR

FORUM

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW



Editor-Chefe

Prof. Dr. Emerson Gabardo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e
Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Editores Associados

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta, Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Curitiba – PR, Brasil
Prof. Dr. Juan Gustavo Corvalán, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Editores Adjuntos

Ms. Fábio de Sousa Santos, Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho-RO, Brasil
Ms. Lucas Bossoni Saikali, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
Prof. Dr. Annappa Nagarathna, National Law School of India, Bangalore, Índia (Presidente)
Prof. Dr. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. Diana Carolina Valencia Tello, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia
Prof. Dr. Endrius Cociolo, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Prof. Dr. Eneida Desiree Salgado, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Fabrício Motta, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil
Prof. Dr. Irene Bouhadana, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
Prof. Dr. Luísa Cristina Pinto e Netto, University of Utrecht, Utrecht, Holanda
Prof. Dr. Mohamed Arafa, Alexandria University, Alexandria, Egito
Prof. Dr. Obdulja Taboada Álvarez, Universidad de A Coruña, A Coruña, Espanha
Prof. Dr. Sofia Ranchordas, University of Groningen, Holanda
Prof. Dr. Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. William Gilles, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof. Dr. Lyria Bennett Moses, University of New South Wales, Kensington, Austrália

Conselho Especial de Pareceristas

Prof. Dr. Álvaro Sánchez Bravo, Universidad de Sevilla, Sevilla, Espanha
Prof. Dr. Aline Suelli de Salles Santos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins
Prof. Dr. Carolina Zancaner Zockun, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Caroline Müller Bittencourt, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Catarina Botelho, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal
Profa. Dra. Cynara Monteiro Mariano, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Prof. Dr. Denise Bittencourt Friedrich, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Eurico Bittencourt Neto, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Emerson Afonso da Costa Moura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Fábio Lins Lessa Carvalho, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil
Prof. Dr. Fernando Leal, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Irene Patrícia Nohara, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Janilé Rodrigues Reck, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Josep Ramón Fuentes i Gasó, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Prof. Dr. Justo Reyna, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina
Prof. Dr. Ligia Melo de Casimiro, Professora adjunta de Direito Administrativo Universidade Federal do Ceará, Brasil
Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. Marcia Carla Pereira Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Mário André Machado Cabral, Centro Universitário 7 de Setembro, Fortaleza, Brasil
Prof. Dr. Mauricio Zockun, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Rafael Valim, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Ricardo Marcondes Martins, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Valgas, Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araújo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas

© 2023 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

IN61 International Journal of Digital Law – IJDL. – ano 1, n. 1
(abr, 2020) – Belo Horizonte: Fórum, 2020.
Quadrimestral; Publicação eletrônica
ISSN: 2675-7087
1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Teoria do Direito. I. Fórum.
CDD: 340.0285
CDU: 34,004

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira
Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

Contents

EDITORIAL.....	5
<i>EDITORIAL.....</i>	7
Como regulamentar o <i>design</i> e o uso da inteligência artificial na Administração Pública	
<i>How to regulate the design and usage of artificial intelligence in the Public Administration</i>	
André Saddy Raphael Lobato Collet Janny Teixeira	9
1 Introdução	10
2 Como regular e regulamentar a IA na Administração Pública	13
2.1 Modelos regulatórios de IA.....	13
2.2 Hetero e autorregulação pública dos aspectos ético-jurídicos da IA.....	19
3 Diretrizes para a regulamentação da IA: subjetividades incidentes	21
3.1 Liberdade conformadora ou configuradora para regulamentação da IA	21
3.2 Margem de livre apreciação do conceito jurídico de moralidade administrativa	24
4 Conclusões.....	29
Referências	31
The policy of the “100% digital court” and the principles of procedural speed and access to justice: an overview of Rondônia State Justice Court	
<i>A política do juízo 100% digital e os princípios da celeridade processual e do acesso à justiça: um panorama do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia</i>	
Cássio Bruno Castro Souza Gregory Montes	35
1 Introduction	36
2 The 100% Digital Court as public policy a public policy for access to justice	37
3 The justice in numbers report and the time taken to process cases in the state courts of Rondônia in 2022	41
4 The 100% Digital Court in the Special Civil Courts of the District of Porto Velho in the light of the principles of reasonable length of proceedings and procedural economy.....	45
5 Final considerations	50
6 References	51
Una aproximación a la operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria	
<i>An approach to the operation of the general principles of law in the control of regulatory power</i>	
Jose Ignacio Herce Maza	53
1 Consideraciones preliminares	54
2 El ejercicio de la potestad reglamentaria en el Estado regulador	55
2.1 La potestad reglamentaria en el Estado regulador.....	55
2.2 El abuso de la potestad reglamentaria	57

3	Los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria ...	59
3.1	¿Hasta dónde llega el control de la potestad reglamentaria?	59
3.2	O La operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria.....	61
3.2.1	El principio y derecho fundamental a una buena administración	63
3.2.2	Principios de legalidad y reserva de ley	64
3.2.3	Principio de irretroactividad de los reglamentos	65
3.2.4	Principio de interdicción de la arbitrariedad y deber de motivación	66
3.2.5	Principio de interdicción de la arbitrariedad y deber de motivación	68
3.2.6	Principio de buena fe y confianza legítima	69
3.2.7	Interdicción del enriquecimiento injusto.....	70
4	Conclusiones	72
5	Bibliografía	72

Entre e LAI e a LGPD: os deveres de transparência e de proteção de dados pessoais pela Administração Pública brasileira

Transparency and personal data protection by the Brazilian public administration.

Mirela Miró Ziliotto Fabio de Sousa Santos.....	75	
1	Considerações iniciais.....	76
2	Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais no cenário normativo nacional brasileiro	79
3	Tratamento de dados pela Administração Pública	85
4	Considerações finais	92
	Referências	93

Mapeamento das normas brasileiras sobre a Inteligência Artificial aplicada ao Direito: uma análise à luz dos direitos fundamentais

Mapping Brazilian rules on Artificial Intelligence applied to Law: an analysis in the context of fundamental rights

Natascha Alexandrino de Souza Gomes Irley David Fabrício da Silva	97	
1	Introdução	98
2	Conceitos iniciais: a Resolução do CNJ nº 332, de 2020, e a Portaria nº 271, de 2020	99
3	Análise comparada: Normas da União Europeia sobre o uso ético da IA	103
4	Caso brasileiro: o Projeto de Lei nº 2.338, de 2023	106
5	Análise do Substitutivo – Projeto de Lei nº 2.338, de 2023 – à luz dos direitos e garantias fundamentais	109
6	Considerações finais	111
	Referências	112

SOBRE A REVISTA.....	115
-----------------------------	-----

DIRETRIZES PARA AUTORES.....	117
-------------------------------------	-----

Condições para Submissões	123
---------------------------------	-----

Política de Privacidade	124
-------------------------------	-----

<i>Author Guidelines</i>	127
--------------------------------	-----

Conditions for submissions	133
----------------------------------	-----

Privacy statement	134
-------------------------	-----

Una aproximación a la operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria¹

An approach to the operation of the general principles of law in the control of regulatory power

Jose Ignacio Herce Maza*

Universidad Rey Juan Carlos (Madrid, España)

ignacio.herce@urjc.es

<https://orcid.org/0000-0002-8495-0366>

Recibido/Received: 04.11.2023/ November 4th, 2023

Aprovado/Approved: 05.12.2023/ December 5th, 2023

Resumen: El estudio del control de la potestad reglamentaria ante la dinámica de motorización legislativa que vivimos en nuestros días. Es de interés, actualidad y relevancia la reflexión sobre los instrumentos de control de una potestad discrecional, como es la normativa de la administración, de gran intensidad en la libre dinámica de los ciudadanos. Una de las técnicas de control de mayor operatividad contrasta el contenido de la norma con los imperativos de los principios generales del Derecho, que como ha señalado el Tribunal Supremo de España, son el oxígeno que respiran las normas jurídicas.

Palabras-clave: Potestad discrecional. Potestad reglamentaria. Principios generales del derecho. Regulación. Control de la potestad discrecional.

¹ Como citar esse artigo/*How to cite this article:* MAZA, Jose Ignacio Herce. Una aproximación a la operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 4, n. 2, p. 53-74, maiO/ago. 2023. DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.2.maza.

* Profesor de Derecho Administrativo en la Universidad Rey Juan Carlos de Madrid (Madrid, España), Doctor en Derecho Administrativo Iberoamericano por la Universidad de A Coruña, Miembro del Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo. E-mail: ignacio.herce@urjc.es.

Abstract: The study of the control of regulatory power is necessary in a dynamic of legislative motorization. It is of interest, topicality and relevance to reflect on the control instruments of a discretionary power, such as the regulations of the administration, of great intensity in the free dynamics of individuals. One of the most operational control techniques contrasts the content of the norm with the imperatives of the general principles of Law, which, as the Supreme Court of Spain has pointed out, are the oxygen that the norms breathe.

Keywords: Discretionary Power; Regulatory Power; General principles of Law; Regulation; Control of Discretionary Power.

Sumario: 1 Consideraciones preliminares – 2 El ejercicio de la potestad reglamentaria en el Estado regulador – 3 Los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria – 4 Conclusiones – 5 Bibliografía.

1 Consideraciones preliminares

El ejercicio de la potestad normativa de la Administración se justifica porque proporciona soluciones a nuevas situaciones que se producen en una sociedad que ha sido definida como compleja¹ y líquida.² La ley no puede preverlo todo, así que en ocasiones es necesario responder con agilidad y conocimiento técnico, en el marco de la Ley, a problemáticas y nuevas realidades. La reserva de Ley no tiene carácter absoluto, por lo que se admite y reconoce como necesaria la colaboración del Reglamento como manifestación de la potestad normativa de la Administración Pública.

El poder normativo de la Administración se encuentra, a través de la cláusula del Estado social y democrático de Derecho, subordinado al texto constitucional y a la legislación vigente. Es un poder otorgado al ejecutivo que interfiere con alta intensidad en la libre dinámica de los particulares, por lo que debe ser examinado si se utiliza adecuadamente o no. En el contexto contemporáneo considero que es notorio el abuso de la potestad reglamentaria, proliza en intensidad, pero no en calidad.

La potestad objeto de estudio tiene carácter discrecional. La reglamentaria es la más discrecional de todas junto con la de planeamiento.³ Ésta se atribuye a otros organismos y autoridades de la Administración, como ha reconocido el Tribunal Constitucional de España (en adelante STC) en las sentencias núm. 13/1998,

¹ ESPÍN TEMPLADO, Eduardo., Separación de poderes, delegación legislativa y potestad reglamentaria en la Constitución Española, *Revista de las Cortes Generales*, Madrid, núm. 6, 1985, p. 183.

² BAUMAN, Zygmunt, *Modernidad líquida*, Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2003.

³ SUAY RINCÓN, José, El control de la potestad reglamentaria, *Revista Española de la Función Consultiva*, núm. 26, 2016, p. 47.

de 22 de enero y núm. 135/1992, de 5 de octubre. En ambos textos se pone de manifiesto que es constitucional la desconcentración de la potestad reglamentaria.⁴

El ejercicio de la potestad reglamentaria se encuentra limitado por aspectos formales y sustantivos. El control de las limitaciones del ejercicio de la potestad normativa de la Administración recae en los órganos judiciales por mandato del artículo 106 de la Constitución Española (en adelante, CE). Los tribunales controlarán la potestad reglamentaria, la legalidad de la actuación administrativa y su sometimiento a los fines que la justifican. En estas líneas serán estudiados los mecanismos de control de la potestad reglamentaria contruidos sobre los principios generales del Derecho más importantes.⁵

La discrecionalidad es una de las inmunidades del poder,⁶ cuyo control ha evolucionado gracias a los avances jurisprudenciales que favorecen el control pleno de la Administración. Un poder de tal relevancia ha de ser ejercitado conforme a los postulados del derecho fundamental a una buena administración, imperativo ético para los poderes públicos, estrechamente vinculado a la cláusula del Estado social y democrático de Derecho.⁷ La buena administración es *la madre de la calidad normativa*.⁸ Como principio y derecho que imbuye a toda la actividad administrativa, ha de estar presente con plena intensidad en el ejercicio de la potestad reglamentaria.

2 El ejercicio de la potestad reglamentaria en el Estado regulador

2.1 La potestad reglamentaria en el Estado regulador

El Estado regulador es una forma intermedia entre el Estado soberano (que protege y prohíbe para garantizar el orden público y la seguridad), el Estado prescriptivo (que impone normas en la vida social) y el Estado prestacional (que provee servicios

⁴ VAQUER CABALLERÍA, Marcos, Auge y problemas de la metarregulación: la iniciativa legislativa y la potestad reglamentaria en la Ley de Procedimiento Administrativo Común, en PONCE SOLÉ, Jordi, CERRILLO Y MARTÍNEZ, Agustí, *Innovación en el ámbito del buen gobierno regulatorio ciencias del comportamiento, transparencia y prevención de la corrupción*, Madrid, Instituto Nacional de Administración Pública, 2017, 87-146.

⁵ HERCE MAZA, Jose Ignacio, El control de la discrecionalidad en el ejercicio de la potestad reglamentaria a partir de los principios generales del Derecho y buena regulación: nec magis nec minus, Madrid, *Asamblea: revista parlamentaria de la Asamblea de Madrid*, núm. 44, 2023.

⁶ GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo, La lucha contra las inmunidades del poder en el Derecho administrativo (poderes discrecionales, poderes de gobierno, poderes normativos), Madrid, *Revista de Administración Pública*, núm. 38, 1968.

⁷ RODRIGUEZ-ARANA, Jaime, El derecho fundamental a la buena administración en la Constitución Española y en la Unión Europea, *Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo*, vol. 1, núm. 2, 2014.

⁸ PONCE SOLÉ, Jordi, Buen gobierno y derecho a una buena administración desde una perspectiva de calidad normativa. A propósito del libro de la profesora María de Benedetto, "Corruption from a Regulatory Perspective", Madrid, *Eunomia. Revista en Cultura de la Legalidad*, núm. 24, p. 379.

e interviene directamente en la vida económica).⁹ En las funciones de dirección el uso de la potestad reglamentaria y la función legislativa es muy relevante.¹⁰ En esta nueva dinámica el poder público se ha visto obligado a reformular sus mecanismos de intervención, lo que ha supuesto la apertura a una mayor participación ciudadana mediante instrumentos de audiencia, autorregulación o colaboración público-privada.

La visión del Estado regulador desde el Derecho administrativo supone participar de la consideración de la centralidad de la persona humana en el sistema desde la libertad, responsabilidad y solidaridad. La sociedad ha demostrado su superioridad científica y técnica frente al poder público.¹¹ Esta realidad obliga al Estado a reconfigurar su papel de conformidad con criterios de participación democrática y subsidiariedad.¹²

La piedra de toque es el reconocimiento pleno y real de la dignidad del ser humano, raíz y centro del Estado. El principio de maximización de la dignidad de la persona es un criterio de aproximación de obligado cumplimiento a todas y cada una de las categorías que conforman el Derecho administrativo, entre ellas, la potestad reglamentaria y sus actos de aplicación.¹³ En el sistema constitucional de España los derechos fundamentales inherentes a la dignidad de la persona humana son el fundamento del orden político y la paz social. No está la persona al servicio del orden político, sino éste al servicio del ser humano.¹⁴

El Estado regulador propone una nueva forma de normatividad derivada de la necesidad de adaptarse a situaciones en las que las formas habituales de legislación y reglamentación son ineficaces e insuficientes.¹⁵ La calidad de la norma de rango reglamentario enlaza con la efectividad de los derechos en el marco de la evolución al Estado Regulador¹⁶ que, a su vez, matiza el ejercicio de la función normativa del poder público. Esta forma de Estado propone la aplicación de los postulados del principio de subsidiariedad. Los principios de buena regulación, como manifestación

⁹ LASERRE, BRUNO, El Estado regulador, *Conferencia impartida en el encuentro con la nueva promoción de la Escuela Nacional de Administración el 25 de enero de 2019*. Acceso disponible en: https://cijur.mpba.gov.ar/files/bulletins/El_Estado_Regulador_-_traduccion.pdf

¹⁰ PONCE SOLÉ, JORDI, ¿Mejores normas? Directiva 2006/123&/CE, relativa a los servicios en el mercado interior, calidad reglamentaria y control judicial, Madrid, *Revista de Administración Pública*, núm. 180, 2009.

¹¹ ESTEVE PARDO, José, *El desconcierto del Leviatán. Política y derecho ante las incertidumbres de la Ciencia*, Madrid: Marcial Pons, 2009.

¹² HERCE MAZA, Jose Ignacio, *Del principio de subsidiariedad al Estado regulador y garante: proyecciones en el Derecho Administrativo y en la buena regulación*, A Coruña, 2023, Tesis (Doctorado) – Programa Oficial de Doctorado en Derecho Administrativo Iberoamericano de la Universidad A Coruña.

¹³ RODRIGUEZ-ARANA, Jaime, *Derecho administrativo y derechos sociales fundamentales*, Madrid: Global Law Press, 2015, p. 21.

¹⁴ DE LA QUADRA-SALCEDO, Tomás, Estado y mercado en un mundo global, *Cuadernos de Derecho Público*, núm. 25, 2015, p. 55.

¹⁵ LASERRE, BRUNO, El Estado regulador, *Conferencia impartida en el encuentro con la nueva promoción de la Escuela Nacional de Administración el 25 de enero de 2019*. Acceso disponible en: https://cijur.mpba.gov.ar/files/bulletins/El_Estado_Regulador_-_traduccion.pdf

¹⁶ PONCE SOLÉ, Jordi, Good Administration and Administrative Procedures, *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 12, núm. 2, 2005, pp. 551-589.

del Estado regulador, son fundamentales para controlar la discrecionalidad en el ejercicio de la potestad reglamentaria.

La forma de Estado a la que se hace referencia sugiere un marco de normatividad graduada apoyada en instrumentos de Derecho dotados de cierta flexibilidad¹⁷ dentro del espacio predeterminado por Ley. Se propone un criterio de subsidiariedad en la intervención del Estado que se ve potenciado con la consideración y respeto a los principios de necesidad y proporcionalidad en la actividad normativa.

2.2 El abuso de la potestad reglamentaria

El Ordenamiento jurídico se encuentra inundado de normas reglamentarias dictadas por la Administración General, del Estado, las Administraciones Autonómicas, locales y otros organismos y entes (como las Universidades y el Banco de España...) que determinan la vida y economía de los ciudadanos.¹⁸ En la potestad reglamentaria la dinámica del poder se manifiesta con crudeza, despojado de las reglas de cortesía y urbanidad a las que se somete cuando actúa en el ámbito legislativo.¹⁹

Que la potestad reglamentaria sea necesaria para el funcionamiento de la Administración y la garantía de los intereses generales no excluye que sea problemática. Su mala utilización puede fracturar la cláusula de servicio objetivo al bien común. La actividad normativa de la Administración plantea numerosos problemas, que conducen al estudio de sus límites, el control en su ejercicio y la responsabilidad patrimonial de la Administración por los daños causados, bien por una actuación normativa dañina, bien por inactividad. En algunas ocasiones una indebida actividad reglamentaria, que puede devenir en ilegal, rompe con la dinámica del Estado de Derecho. En estos casos es fundamental la garantía de la plenitud del control al poder público.

La Administración se ha adueñado de todos los poderes normativos, y es una pésima legisladora. En el desarrollo de su actividad adolece de una falta de serenidad de juicio para definir de forma abstracta un orden justo.²⁰ La potestad reglamentaria se construye al amparo de la discrecionalidad administrativa, y dado

¹⁷ LASERRE, BRUNO, El Estado regulador, *Conferencia impartida en el encuentro con la nueva promoción de la Escuela Nacional de Administración el 25 de enero de 2019*. Acceso disponible en: https://cijur.mpba.gov.ar/files/bulletins/El_Estado_Regulador_-_traduccion.pdf

¹⁸ SARMIENTO ACOSTA, Manuel, El problema del control de la discrecionalidad de los reglamentos administrativos, Tenerife, *Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas*, núm. 16-17, 2011-2012, p. 195.

¹⁹ SANTAMARÍA PASTOR, Juan Alfonso, *Principios de Derecho Administrativo General I*, Madrid: Iustel, 2009, p. 24.

²⁰ GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo, La lucha contra las inmunidades del poder en el Derecho administrativo (poderes discrecionales, poderes de gobierno, poderes normativos), Madrid, *Revista de Administración Pública*, núm. 38, 1968.

su poder, es necesaria la articulación técnica adecuadas de control²¹ que sean efectivas en el plano real. Más aún si cabe en los tiempos del Estado regulador.

Aunque el ejercicio de la potestad reglamentaria adolece de un fenómeno de profusión, fugacidad y oscuridad que podría atajarse mediante una depuración del proceso de elaboración de las normas de rango reglamentario, se requiere una actividad normativa reflexiva²² y una mentalidad que no sólo se basa en el examen de la forma, sino en el fondo de la materia regulada. Se ha sugerido una revisión de los términos en los que la Administración ejerce sus potestades y su marco normativo,²³ mucho más allá de la introducción de garantías formales en su desarrollo. La Memoria de Análisis de Impacto normativo es de gran relevancia para verificar el cumplimiento de los principios de buena regulación y el Ordenamiento jurídico, dado que su contenido es equiparado por la jurisprudencia al deber de motivación de los actos administrativos.

Algunos temas que son objeto de controversia en relación con la actividad normativa de la Administración son:

- i) conflictos con la legislación aplicable,
- ii) invasión de competencias en el contexto autonómico español,
- iii) ausencia real y efectiva de participación ciudadana,
- iv) falta de claridad y coherencia,
- v) cambios frecuentes,
- vi) dificultad de acceso y aplicación dada su excesiva complejidad,
- vii) falta de eficacia en el logro de los objetivos propuestos o su impacto,
- viii) su posible escasa objetividad ante la influencia de determinados grupos de poder y la dinámica política y
- viii) el elevado margen de discrecionalidad con la que cuenta la autoridad que la ejerce, lo que dificulta en gran medida su control posterior. Estos aspectos, que no son pocos, pueden comprometer principios constitutivos del Ordenamiento jurídico-administrativo, a saber: legalidad, jerarquía normativa, seguridad jurídica, proporcionalidad, igualdad, participación ciudadana, transparencia, eficacia, eficiencia y tutela administrativa efectiva.

²¹ GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo, La lucha contra las inmunidades del poder en el Derecho administrativo (poderes discrecionales, poderes de gobierno, poderes normativos), Madrid, *Revista de Administración Pública*, núm. 38, 1968, p. 197.

²² RAZQUÍN LIZÁRRAGA, Jose Antonio, Hacia la calidad de las normas: la elaboración de los reglamentos, en ALENZA GARCÍA, Jose Francisco, RAZQUÍN LIZÁRRAGA, Jose Antonio, *Organización y Procedimientos Administrativos: libro homenaje al profesor Francisco González Navarro*, Pamplona: Aranzadi, 2007, p. 239.

²³ ARAGUÀS GÀLCERÀ, Irene, *La transparencia en el ejercicio de la potestad reglamentaria. Conocimiento, participación y rendición de cuentas en la elaboración de reglamentos estatales y autonómicos*, Barcelona, 2016, Tesis (Doctorado)

El Portal de Transparencia de la Administración General del Estado señala en 2023 más de dos mil Decretos y Reales Decretos en vigor. El Informe de la OCDE sobre Mejora de la Regulación en Europa de 2010, en relación con España, puso de manifiesto que la actividad legislativa se ha multiplicado por diez desde la década de los ochenta del siglo pasado. De este crecimiento es particularmente culpable el desarrollo normativo de las Comunidades Autónomas.

La dinámica regulatoria actual impone un marco de incertidumbre, frena el emprendimiento y eleva costes fijos a las entidades sociales y empresariales.²⁴ La producción normativa es excesiva y ha creado un marco complejo, confuso y en constante cambio que cuestiona la solidez del principio de seguridad jurídica. La cláusula de consecución del interés general y las habilitaciones reglamentarias imponen un marco de incertidumbre para la ciudadanía y sociedad civil que no está capacitada para absorber, aprehender y comprender. *No hay persona alguna, incluyendo los juristas más cualificados que pueda pretender conocer una minúscula fracción de esta manera inundatoria e incesante (...) entre cuyas complejas mallas hemos, no obstante, de vivir.*²⁵

3 Los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria

3.1 ¿Hasta dónde llega el control de la potestad reglamentaria?

Tais El ejercicio del poder reglamentario de la Administración está dotado de un alto estándar de discrecionalidad y por ello es difícil someterlo a un pleno control judicial. Como eliminar la discrecionalidad es imposible, y de hacerlo, resultaría perjudicial para el interés público,²⁶ es de especial interés el estudio y reflexión sobre los límites e instrumentos de control de la referida potestad.

Las entidades y organismos que tienen atribuido el ejercicio de la potestad reglamentaria, ya sea por vía constitucional o legal, han de actuar con sometimiento pleno a la Constitución, la Ley y al Derecho (art. 9.1, 97.1, y 103.1 CE) en respeto del principio de jerarquía y reserva de Ley.²⁷ El art. 128.2 de la Ley 39/2015, de

²⁴ SEBASTIÁN, CARLOS. Sobre la producción normativa en España, *Hay Derecho*, España, 2014. Acceso disponible a través de: <<https://www.hayderecho.com/2014/10/21/sobre-la-produccion-normativa-en-espana/>>.

²⁵ GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. *Justicia y seguridad jurídica en un mundo de leyes desbocadas*, Madrid: Civitas, 1999, p. 49.

²⁶ CALLEJA PUEYO, Pedro. ¿Por qué lo llaman discrecionalidad técnica si es arbitrariedad? *Legal Prestigia*, España, 2016, acceso disponible a través de: <http://www.legalprestigia.aranzadi.es/articulos/54/por-que-lo-llaman-discrecionalidad-tecnica-si-es-a.aspx>

²⁷ COTINO HUESO, Lorenzo. Los reglamentos en España: la fuente del Derecho más común y quizá la más desconocida, *Revista Iusta*, núm. 26, 2007, pp. 177-202.

Procedimiento Administrativo Común de las Administraciones Públicas destaca que los reglamentos no podrán vulnerar ni el texto constitucional de 1978 ni las leyes. El art. 3 de la Ley 40/2015, del Régimen Jurídico del Sector Público reconoce una serie de principios como la objetividad, participación, buena fe, confianza legítima, eficacia o eficacia entre otros que son de aplicación. A los citados hay que sumar los de proporcionalidad, igualdad, equidad, audiencia, etc. Todos ellos, sin ánimo de ser reiterativo, deberán ser respetados por el poder público cuando despliega su actividad normadora.

La Sentencia del Tribunal Supremo de España (en adelante, STS) núm. 1727/2019, de 13 de diciembre expone que el control jurisdiccional de la potestad reglamentaria alcanza a la observancia del procedimiento de elaboración, con respeto al principio de jerarquía normativa, de inderogabilidad singular de los reglamentos y publicidad necesaria para su efectividad. Son las delimitaciones sustantivas y formales de la potestad reglamentaria las que determinan el ámbito del control judicial en su ejercicio. La afirmación anterior se plasma en el juicio de legalidad de la disposición general desde la Constitución, Ordenamiento jurídico y principios generales del Derecho. Los órganos judiciales deben entrar a conocer aspectos formales y sustantivos en relación con la potestad objeto de estudio, sin entrar en los aspectos sometidos a un juicio estrictamente discrecional.

Se ha aconsejado prudencia en el control judicial de la potestad reglamentaria, ya que *el juez debe respetar la discrecionalidad propia de esta potestad y no sancionarla más que cuando se compruebe su degeneración en ilegalidad o arbitrariedad. Este último caso quedará en evidencia si (...) no demuestra un equilibrio mínimo entre los intereses afectados. (...) El juez (...) deberá hacerlo con una extraordinaria prudencia, demostrando la vulneración de los derechos afectados para no sustituir la apreciación de oportunidad por la suya propia.*²⁸ La prudencia en la labor desempeñada por el poder judicial ha de ser compatible con el control pleno de la actuación de la Administración y su sometimiento pleno a la Ley y al Derecho.

Sánchez Morón, en relación con el control de la discrecionalidad administrativa *in genere*, señala una serie de límites en el ejercicio la potestad reglamentaria por parte del poder público:

- I. La Administración sólo puede actuar para el alcance de fines de interés público en atención a la finalidad prevista por las normas jurídicas.

²⁸ DE LA CRUZ FERRER, Juan, Sobre el control de la discrecionalidad en la potestad reglamentaria, *Revista de Administración Pública*, núm. 116, 1988, p. 65.

- II. El sometimiento de la Administración a la Ley y al Derecho implica que cualquier decisión discrecional es ilícita si actúa contra algún principio general del Derecho.
- III. La potestad discrecional se encuentra reconocida para actuar ante determinadas situaciones de hecho, que han de ser reales, y pueden ser objeto de verificación.
- IV. Los elementos de carácter organizativo y procedimental han de ser respetados,
- V. El respeto de las garantías del procedimiento es crucial cuando se ejercen facultades discrecionales.
- VI. El deber de motivación es esencial para controlar la actividad discrecional.²⁹

La jurisprudencia de forma progresiva matiza los límites de control de los reglamentos. Ejemplo de ello es la STS núm. 414/2022, de 4 de abril en la que extiende el deber de motivación a la actividad reglamentaria, ya que *la motivación es garantía de la propia legalidad, ya que, incluso, la razonabilidad (...) sirve de parámetro para el enjuiciamiento del Tribunal*. Los órganos judiciales avanzan en esta materia, a través de la búsqueda de un mayor control de la actividad reglamentaria bajo los elementos que configuran el derecho fundamental a una buena administración.

El control del ejercicio de la potestad reglamentaria ha de ir más allá de los trámites específicos para su aprobación. Ha de ser sometido a consideración el contenido y métodos instrumentales para su efectividad, con inclusión de las decisiones discrecionales que en ella se enmarcan.³⁰ La Memoria de Análisis de Impacto Normativo es esencial para el control de los instrumentos reglamentarios.

3.2 O La operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria

El Tribunal Supremo de España ha definido los principios generales del Derecho como *la atmósfera en la que se desarrolla la vida jurídica, el oxígeno que respiran las normas, lo que explica que tales principios informen las normas (...) y que la Administración esté sometida no sólo a la Ley sino también al Derecho*. Así lo expuso la STS de 18 de febrero de 1992, que versó sobre la aplicación del principio de proporcionalidad en materia urbanística. En ella se reconoció el papel

²⁹ SÁNCHEZ MORÓN, Miguel. *Derecho Administrativo: parte general*, Madrid: Tecnos, 2022.

³⁰ BASSOLS COMA, Martín, El control de la elaboración de los reglamentos: nuevas perspectivas desde la técnica normativa y de la evaluación de la simplificación y calidad de las normas, *Revista Aragonesa de Administración Pública*, núm. 33, 2008, p. 48. PONCE SOLÉ, Jordi, La calidad en el desarrollo de la discrecionalidad reglamentaria: teorías sobre la regulación y adopción de buenas decisiones normativas por los gobiernos y las administraciones, *Revista de Administración Pública*, núm. 162, 2003, p. 48.

trascendental de los principios en esta disciplina. El Derecho administrativo es el *terreno más fértil y propicio para la aplicación e integración* de los precitados.³¹

La Constitución Española vincula al Estado y su Administración Pública, al Derecho, a sus valores materiales y principios generales.³² En atención a estos últimos, los elementos materiales de la actividad reglamentaria objeto de reflexión son fiscalizables por los órganos judiciales. El Estado material de Derecho reclama y exige un control jurídico pleno de cualquier reglamento dictado por la Administración.³³

La actividad normativa de la Administración ha de ser compatible con el estricto Derecho positivo y los principios generales del Derecho administrativo en el orden constitucional y legal. Los principios, recuerda la STS de 19 de noviembre de 2008, son un mecanismo de control en su doble función legitimadora y de integración del Ordenamiento, como principios técnicos y objetivos que expresan las ideas básicas de la comunidad que inspiran el Ordenamiento.

Los principios son límites al poder reglamentario por parte de la Administración. Para el Consejo de Estado francés, un reglamento que conculca un principio tiene la misma invalidez que si hubiera conculcado una norma legal.³⁴ Aquellos son normas de obligado cumplimiento para el poder reglamentario y la autoridad administrativa, que se matizan mediante una tarea constructiva de la jurisprudencia llevada a cabo por motivos superiores de Justicia para salvaguardar derechos individuales de los ciudadanos.³⁵

Los principios generales del Derecho tienen una notable fecundidad en aras de alcanzar una justicia material acorde con el Ordenamiento jurídico.³⁶ En el espacio que ofrece el Ordenamiento jurídico son una gran herramienta para promover con flexibilidad un incremento en los estándares de exigencia a los poderes públicos en el ejercicio de la potestad reglamentaria.

La vulneración de los límites formales y materiales puede ser atajado mediante las técnicas usuales estudiadas por la doctrina y aplicadas por la jurisprudencia sobre el control de la discrecionalidad administrativa.³⁷ Los principios generales del Derecho actúan como límites sustanciales al ejercicio de la potestad reglamentaria y

³¹ CASSAGNE, Juan Carlos. *Los grandes principios del Derecho Público (constitucional y administrativo)*. Madrid: Reus, 2016, p. 79.

³² GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. *Reflexiones sobre la Ley y los principios generales del Derecho*, Madrid: Civitas, 1984, p. 91.

³³ SARMIENTO ACOSTA, Manuel, El problema del control de la discrecionalidad de los reglamentos administrativos, Tenerife, *Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas*, núm. 16-17, 2011-2012, p. 195.

³⁴ CASSAGNE, Juan Carlos. *Los grandes principios del Derecho Público (constitucional y administrativo)*, Madrid, Reus, 2016, pp. 102-103.

³⁵ LETOURNEUR, Maxime, Les principes généraux du droit dans la jurisprudence du Conseil d'Etat, *Etudes et Documents du Conseil d'Etat*, núm. 3, 1951.

³⁶ GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. La interdicción de la arbitrariedad en la potestad reglamentaria, *Revista de Administración Pública*, núm. 30, 1959

³⁷ MUÑOZ MACHADO, Santiago. *Tratado de Derecho Administrativo y Derecho Público General*, Tomo VIII. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2015, pp. 314-315.

condicionan su validez.³⁸ Son una *conditio sine qua non* para que el enfrentamiento del poder público con los administrados pueda discurrir por cauces de verdadera Justicia.³⁹

3.2.1 El principio y derecho fundamental a una buena administración

El principio y derecho fundamental a una buena administración se concreta en el Derecho positivo. Está previsto en la Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea. Su configuración permite entrar en el fondo de la discusión sobre la calidad de los reglamentos mediante el control del ejercicio de la discrecionalidad de la potestad reglamentaria.⁴⁰ La STS de 15 de octubre de 2010 reconoce que el derecho de los ciudadanos a una buena administración *es consustancial a las tradiciones constitucionales comunes de los estados miembros de la Unión Europea, recogidas en el artículo 41 de la Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea*. Este derecho se encuentra íntimamente ligado a la potestad reglamentaria.

La STS núm. 4057/2010, de 17 de julio vincula directamente el deber de buena administración con el contenido de la Memoria Económica de un reglamento. El derecho fundamental en cuestión *cobra todo su protagonismo en el momento de concretar los costes económicos y financieros que la aplicación de una norma reglamentaria puede suponer. El deber de buena administración, de un buen hacer administrativo en el ejercicio de la potestad reglamentaria, exige un especial cuidado a la hora de estudiar las consecuencias económicas que la implantación de la nueva normativa conlleva*. Es un deber de la Administración concretar la carga económica que supone una norma tanto a la sociedad como a los afectados directos por la misma. La buena configuración del expediente administrativo y de las memorias pertinentes son una manifestación del principio de buena administración en la actividad normativa del poder público.

El derecho fundamental a una buena administración, como concepto omnicomprendivo de la realidad administrativa,⁴¹ imbuye a todo el ejercicio de la potestad reglamentaria. Su influencia está presente en la medida en que, como concepto amplio de sólidos fundamentos, orienta el quehacer público al permanente servicio

³⁸ FERNÁNDEZ FARRERES, Germán. *Sistema de Derecho Administrativo*, Vol. 1., Navarra, Aranzadi, 2020, p. 672.

³⁹ GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. *Reflexiones sobre la Ley y los Principios Generales del Derecho*. Madrid, Civitas, 1984, p. 40.

⁴⁰ PONCE SOLÉ, Jordi. La calidad en el desarrollo de la discrecionalidad reglamentaria: teorías sobre la regulación y adopción de buenas decisiones normativas por los gobiernos y las administraciones. *Revista de Administración Pública*, núm. 162, 2003, p. 94.

⁴¹ RODRIGUEZ-ARANA, Jaime; HERCE MAZA, Jose Ignacio. La buena administración en la contratación pública: mención especial a la fase de ejecución del contrato, *Gabilex: Revista del Gabinete Jurídico de Castilla-La Mancha*, núm. ext., 2019, p. 40.

de los intereses generales. La jurisprudencia tiende a ligar el derecho a una buena administración con los principios generales del derecho administrativo en el control de la actividad normativa de la Administración. Así las cosas, la Sentencia de la Audiencia Nacional (en adelante, SAN), núm. 114/2020, de 8 de junio, reconoce como el Tribunal Supremo tiende a ligar el deber de motivación de la decisión reglamentaria con la buena administración.

3.2.2 Principios de legalidad y reserva de ley

Uno de los grandes problemas en relación con las fuentes del Derecho en el Ordenamiento jurídico-administrativo se refiere a las relaciones entre los productos normativos del Parlamento y del poder ejecutivo. En buena medida trata de los problemas materiales de su delimitación.⁴² Los problemas de distribución de ámbitos materiales entre la ley y el reglamento tratan de ser resueltos mediante los principios de jerarquía y reserva de ley. Ésta última exige una ley previa para la actuación de la potestad reglamentaria.⁴³ Con independencia de que sean reservas de Ley ordinaria u orgánica (STC 77/1985, de 27 de junio), actúa como un límite al ejercicio de la potestad reglamentaria.

El Auto del Tribunal Supremo núm. 11315/2022, de 14 de julio, recuerda que la reserva de Ley es una garantía que implica que los ciudadanos *pueden tener la confianza en que las materias sometidas a reserva de Ley sólo serán reguladas mediante Ley, sin que quepan regulaciones meramente deslegalizadoras*. El citado supone que la intervención reglamentaria se ha de limitar a aspectos auxiliares y complementarios. No puede consistir en una regulación independiente y no claramente subordinada a la Ley. El Reglamento se comprende y justifica a partir de un texto legal que lo habilita.

El art. 53.1 CE establece una reserva de ley en relación con los derechos fundamentales de la persona humana. Éstos solo podrán ser regulados por ley y en respeto de su contenido esencial. Junto con esta previsión numerosas cláusulas de reserva de ley se encuentran en el texto constitucional. La abundancia de estas remisiones conduce a Muñoz Machado a resaltar que están reservadas la totalidad de las decisiones esenciales que, de cualquier manera, están atribuidas a los poderes públicos, sea cual sea la materia a la que se refieran.⁴⁴

⁴² RODRIGUEZ PONTÓN, Francesc. Participación ciudadana en la elaboración de los reglamentos y reserva de ley: algunas consideraciones, *Autonomías*, núm. 21, 1996, p. 268.

⁴³ TORNOS MÁS, Joaquín. La relación entre la ley y el reglamento: reserva legal y remisión normativa. Algunos aspectos conflictivos a la luz de la jurisprudencia constitucional, *Revista de Administración Pública*, núm. 100-102, 1983, p. 471.

⁴⁴ MUÑOZ MACHADO, Santiago. *Tratado de Derecho Administrativo y Derecho Público General*, Tomo VIII, Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2015, pp. 314-315.

Un correcto ejercicio de la potestad reglamentaria se ha de mantener dentro de los límites previstos en la reserva de ley, recuerda la Sentencia del Tribunal Superior de Justicia (en adelante, STSJ) de Granada, núm. 4481/2021, de 21 de abril. En la citada resolución, se puso de manifiesto que la Administración autonómica ejerció su potestad reglamentaria definiendo límites acústicos objetivos y mesurables, creando seguridad jurídica donde existía un margen previo de subjetividad. En este caso el desarrollo de una norma de rango reglamentario contribuyó a incrementar el grado de seguridad jurídica y previsibilidad de la actuación de la Administración.

El principio de reserva de Ley en el Derecho administrativo contemporáneo no está exento de polémica. Ya no por las sentencias en las que se resuelve de forma concreta la legalidad o ilegalidad de un reglamento en atención a la reserva de ley y las remisiones reglamentarias, sino por la proliferación de las que han sido llamadas leyes principiales.⁴⁵

En cualquier caso, la STC núm. 99/1987, de 11 de junio señala que no cabe transferir la facultad de establecer reglas limitativas al titular de la potestad reglamentaria sin fijar siquiera los fines u objetivos que la reglamentación ha de perseguir. Solo la Ley es la fuente introductora de las normas reclamadas por la Constitución, por lo que el Reglamento no debe ni innovar ni sustituir la disciplina legislativa.

3.2.3 Principio de irretroactividad de los reglamentos

La irretroactividad de las normas de rango reglamentario no es una cuestión sencilla. El punto de partida es la regla de la irretroactividad como manifestación del principio de seguridad jurídica,⁴⁶ aunque esta regla se flexibiliza en función de la intensidad de la regulación. Los reglamentos quedan parejos a la ley en este aspecto cuando nos encontramos ante disposiciones sancionadoras *in peius* y la interdicción de retroaccionar en aquellos casos en los que se restringen derechos individuales, sin alcanzar al resto de limitaciones que pueden ser predicadas de los reglamentos.⁴⁷

La irretroactividad *in peius* es consecuencia del principio de legalidad que ha de atender al art. 103.1 CE y al art. 47 LPACAP. La piedra de toque en la actualidad son los derechos adquiridos. *Ut infra* se expondrán sentencias relevantes sobre la materia que ayudan a matizar sus límites y contornos. La jurisprudencia distingue

⁴⁵ MELERO ALONSO, Eduardo. La flexibilización de la reserva de ley, *Revista Jurídica de la Universidad Autónoma de Madrid*, núm. 10, 2004.

⁴⁶ GONZÁLEZ PÉREZ, Jesús. El procedimiento para elaborar Disposiciones de carácter general, *Revista de Administración Pública*, núm. 40, 1963, p. 29.

⁴⁷ REBOLLO PUIG, Manuel. Juridicidad, legalidad y reserva de ley como límites a la potestad reglamentaria del Gobierno, *Revista de Administración Pública*, núm. 125, 1991.

distintos grados de retroactividad, sin estar todos ellos prohibidos. La interdicción de la retroactividad no se configura como un principio absoluto (STSJ de Cantabria de 13 de octubre de 2001).

El Tribunal Constitucional en la STC de 99/1987, de 11 de junio ha establecido que la irretroactividad solo es aplicable a los derechos consolidados, asumidos e integrados en el patrimonio del sujeto y no a los pendientes, futuros, condicionados y meras expectativas. Solo cabe afirmar que una norma es retroactiva a los efectos del art. 9.3 CE cuando incide sobre relaciones consagradas y afecta a situaciones agotadas. Una posición contraria implicaría la congelación del Ordenamiento jurídico. No hay retroactividad proscrita si una norma regula *pro futuro* situaciones jurídicas creadas con anterioridad a su entrada en vigor o cuyos efectos no se han consumado, tal y como es descrito por la STC 227/1988, de 29 de noviembre.

La STS de 22 de enero de 2009 distingue los distintos grados de retroactividad de una norma jurídica, incluidas las de rango reglamentario. Las disposiciones que con posterioridad pretenden anudar efectos a situaciones de hecho producidas o desarrolladas con anterioridad suponen una retroactividad de grado máximo que se encuentra prohibida. Si pretenden incidir sobre situaciones jurídicas actuales aun no concluidas, nos encontraríamos ante un supuesto de retroactividad impropia o de grado medio. En este caso su valoración dependería de su ponderación con los principios de seguridad jurídica, confianza legítima y las circunstancias del caso concreto. La STC núm. 42/1986 hace referencia también a la retroactividad de carácter mínimo, en la que se pretenden anudar efectos *ex novo* a situaciones producidas con anterioridad a la propia norma, que es aceptada pacíficamente como retroactividad impropia.

La impugnación de una norma reglamentaria de irretroactividad suave construida únicamente bajo el argumento de la interdicción de la retroactividad de las normas emitidas por la Administración Pública es una apuesta arriesgada, pues conviene que esté vinculada a los principios de confianza legítima y seguridad jurídica. Como se ha expuesto en líneas anteriores los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria no han de ser entendidos de forma aislada, sino sistemática. Una visión integrada de los principios facilita el control de la Administración.

3.2.4 Principio de interdicción de la arbitrariedad y deber de motivación

El art. 9.3 CE establece como principio la interdicción de la arbitrariedad de los poderes públicos. Sus efectos se extienden a la actividad normativa de la Administración Pública. Cuando se hace referencia a arbitrariedad, no se expresa

un juicio sobre la ética personal del autor del reglamento, sino sobre el uso de los poderes administrativos objetivamente considerados (apreciación falsa de hechos, ruptura del principio de igualdad, etc.). No que queda acotado a las citadas formulaciones, pues está lleno de potencialidades⁴⁸ y puede ser considerado a partir de una perspectiva amplia.

El contenido de la norma reglamentaria que incurre en arbitrariedad, según la STS núm. 2930/2018, de 17 de julio, ha de ser incongruente o contradictoria con la realidad que se pretende regular, con la naturaleza de las cosas o la esencia de las instituciones. Al órgano judicial le corresponde examinar la coherencia entre la regulación reglamentaria y la realidad sobre la que se proyecta, pero nunca entrará en los distintos intereses que subyacen en el conflicto. La interdicción de la arbitrariedad, configurada sobre la carencia de razón, se opone a la idea de discrecionalidad. La arbitrariedad, en los términos que afirma la STS de 13 de julio de 1984 no tiene motivación respetable, sino la conocida *sit pro ratione voluntas*. Está configurada únicamente sobre el arbitrio del regulador, y carece de cualquier sustrato objetivo.

La operatividad práctica del principio de interdicción de la arbitrariedad en el control de la potestad reglamentaria requiere un especial esfuerzo probatorio del recurrente por imperativo de la doctrina constitucional.⁴⁹ En la STS núm. 2930/2018, de 17 de julio, se pone de manifiesto como los órganos judiciales exigen para apreciar la existencia de arbitrariedad elementos objetivos como estudios técnicos o elementos objetivamente establecidos que demuestren error o arbitrariedad en la valoración de los hechos por parte de la Administración. No es suficiente en sede jurisdiccional la formulación de meras alegaciones que critiquen o se muestren disconformes con la norma reglamentaria en cuestión.

La existencia de intereses discrepantes entre un recurrente y la Administración no supone la anulación de la norma controvertida. La SAN 3227/2019, de 17 de julio determina que no procede declarar la invalidez del reglamento por razón de la preferencia de intereses que refleja la disposición, salvo que suponga una infracción del Ordenamiento jurídico, aunque sea en el sentido institucional. La diferencia de criterios no es justificativa de la arbitrariedad, y es que, en el caso que enjuicia la SAN citada *ut supra*, *el efecto distorsionador en los sujetos obligados, que invoca la parte recurrente, no determina la anulación de la Circular si ello no constituye alguna infracción el ordenamiento jurídico, en los términos expuestos, sin que sea suficiente a estos efectos sostener un criterio diferente por ser más beneficioso*

⁴⁸ GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. La interdicción de la arbitrariedad en la potestad reglamentaria, *Revista de Administración Pública*, núm. 30, 1959

⁴⁹ FERNÁNDEZ FARRERES, Germán. *Sistema de Derecho Administrativo*, Vol. 1., Navarra, Aranzadi, 2020, p. 673.

a los intereses de la parte recurrente, que es en definitiva lo que ocurre en el presente caso.

Los órganos judiciales verifican si se han cumplido los cánones de motivación a los efectos de verificar una eventual existencia de arbitrariedad. La STS núm. 757/2022, de 15 de junio, vincula la interdicción de la arbitrariedad con el deber de motivación. La motivación es garantía de la propia legalidad, ya que incluso la razonabilidad, al menos como marco o límite externo a la decisión administrativa válida, sirve de parámetro para el enjuiciamiento del Tribunal, que puede justificar la anulación de la norma reglamentaria. Un defecto de motivación en el ejercicio de la potestad reglamentaria y una insuficiente construcción del expediente administrativo puede generar presunción de arbitrariedad en sede jurisdiccional.

3.2.5 Principio de interdicción de la arbitrariedad y deber de motivación

El principio de congruencia supone que la decisión discrecional ha de guardar coherencia con los hechos, la realidad que integra su presupuesto y los criterios generales de la norma superior. La STSJ de Cataluña núm. 609/2023, de 20 de febrero determina que una decisión discordante en la solución elegida con los criterios generales de la norma superior resulta viciada por infringir el Ordenamiento jurídico. En estos casos no corresponde al órgano judicial enjuiciar la corrección de una regulación de una materia más allá de una posible infracción del Ordenamiento jurídico.

Se vulnera el principio de congruencia o coherencia en aquellos casos en los que se produce una extralimitación del reglamento en relación con la norma que le proporciona cobertura. La STS nº rec. 3635/2010, de 26 de marzo de 2014, que conoce de la impugnación de la Orden ITC/3315/2007, considera que ésta descansa en su práctica totalidad sobre un presupuesto jurídicamente inadecuado. En lugar de desarrollar en sus propios términos su norma de cobertura, *trato de ampliar su ámbito de aplicación objetivo y subjetivo y extendió – sin la debida cobertura – las categorías de aquél a fenómenos económicos y jurídicos diferentes.* La inadecuación no se justifica por la buena voluntad de la Administración ni por la supuesta coherencia desde la perspectiva económica que pudiera tener la ampliación, que no estaba prevista.

La coherencia conecta con el principio de jerarquía y a los principios de buena regulación. La STS 3560/2022 de 6 de octubre afirma que es exigible una mínima y suficiente calidad jurídica, que se traduce en la coherencia exigible no sólo interna, sino también entre los distintos niveles normativos reguladores en atención a las previsiones de la ley. La STS núm. 1617/2017, de 25 de octubre enjuicia la

impugnación de unos preceptos de rango reglamentario que supuestamente se referían a una actividad diferente de la que caracterizaba a un grupo de profesionales. El Alto Tribunal vincula la coherencia también con los principios de interdicción de la arbitrariedad y razonabilidad: no existe una falta de vinculación con la normativa correspondiente a las ayudas del cine, pues se trata de regímenes materialmente relacionados entre sí, de manera tal que la regulación de las obligaciones de promoción de la obra europea (...) se encontraba incluida en la normativa sobre el cine. (...) cabe descartar la quiebra del principio de jerarquía normativa y de interdicción de la arbitrariedad en la medida que la Ley General de Comunicación Audiovisual remite a un ulterior desarrollo reglamentario la determinación de las singulares condiciones (...). El órgano judicial considera que, dentro de ese amplio margen de determinación, el Real Decreto impugnado incluye la remisión a una normativa contemplada para las subvenciones de las películas, que guarda conexión material con el contenido del citado Real Decreto. Es por este motivo por el que el principio de coherencia se ve respetado.

3.2.6 Principio de buena fe y confianza legítima

La buena fe es un principio jurídico que limita el ejercicio de un derecho subjetivo o de un poder jurídico. La buena fe se basa en la legítima confianza de los administrados y alcanza distintas dimensiones. Protege de la Administración cuando ésta actúa contra sus actos propios, se ampara en sus propios errores, en su conducta equívoca o maliciosa o abusa de sus prerrogativas.⁵⁰ La buena fe tiene una especial relevancia al controlar a la Administración cuando ejerce potestades discrecionales⁵¹. Resulta razonable que el Poder Público deba observar el principio de buena fe en sus relaciones, lo que supone que tiene el deber de inspirar confianza en el ejercicio de su potestad reglamentaria, lo que a su vez justifica la configuración del principio de confianza legítima⁵².

El principio de buena fe, según lo expuesto por la STS nº rec. 257/2009, de 22 de diciembre de 2010, en el ámbito regulatorio, protege la confianza legítima que fundadamente se puede haber depositado el comportamiento ajeno, e impone el deber de coherencia en el comportamiento propio. Se exige un deber de comportamiento que consiste en la necesidad de observar de cara al futuro

⁵⁰ SAINZ MORENO, Fernando. La buena fe en las relaciones de la Administración con los administrados, *Revista de Administración Pública*, núm. 89, 1979.

⁵¹ GONZÁLEZ PÉREZ, Jesús. *El principio general de la buena fe en el derecho administrativo*, Discurso leído el día 18 de enero de 1983, en el acto de su recepción como académico de número, 1983.

⁵² MEILÁN GIL, Jose Luis. La argumentación en el contencioso-administrativo, *Anuario da Facultade de Dereito da Universidade A Coruña*, núm. 15, 2011.

la conducta que los actos anteriores hacían prever y aceptar las consecuencias vinculantes que se desprenden de los propios actos.

La aplicación del principio de buena fe, que se ha extendido a las normas reglamentarias,⁵³ no impide que el titular de la potestad reglamentaria introduzca cambios y modificaciones en el Ordenamiento jurídico vigente. La STS núm. 816/2019, de 13 de junio reconoce que el principio de buena fe y confianza legítima permiten que la Administración introduzca cambios y modificaciones en el régimen jurídico de las energías renovables, dentro del respeto del límite de la rentabilidad razonable.

Los requisitos para apreciar la existencia de confianza legítima son señalados por el Tribunal Supremo en su Sentencia de 22 de febrero de 2016, en virtud de la cual expone: “(...) requiere, en definitiva, de la concurrencia de tres requisitos esenciales. A saber, que se base en signos innegables y externos (1); que las esperanzas generadas en el administrado han de ser legítimas (2); y que la conducta final de la Administración resulte contradictoria con los actos anteriores, sea sorprendente e incoherente (3). (...)”

La aplicación de este principio devenga efectos de mayor intensidad en la reclamación de responsabilidad patrimonial de la Administración. Tanto el Tribunal Constitucional como el Tribunal Supremo han recordado que estos principios no permiten establecer una congelación del Ordenamiento jurídico positivo (STC núm. 182/1997, de 28 de octubre y STS núm. 2727/2018, de 12 de julio). Se ha llegado a afirmar incluso que el principio de confianza legítima en conexión con el principio de legalidad también opera como un principio en favor de la validez de la norma reglamentaria.⁵⁴

3.2.7 Interdicción del enriquecimiento injusto

La prohibición del enriquecimiento injusto es un principio general del Derecho de aplicación en el Derecho administrativo. La jurisprudencia del orden jurisdiccional contencioso-administrativo aplica la figura del enriquecimiento injusto especialmente proyectado a la Administración Pública, aunque tiene una operativa bidireccional en áreas como la contratación administrativa. Se ha aceptado como límite al ejercicio de la potestad reglamentaria.⁵⁵ Así lo recuerda la STS nº rec. 154/2001, de 25 de noviembre de 2002.

⁵³ MUÑOZ MACHADO, Santiago. Regulación y confianza legítima, *Revista de Administración Pública*, núm. 200, 2016, p. 141 y ss.

⁵⁴ AGOUES MENDIZÁBAL, Carmen. *La modulación de los efectos de la nulidad de los reglamentos*, Conferencia para el XII Congreso de la Asociación Española de Profesores de Derecho Administrativo, 2017.

⁵⁵ REBOLLO PUIG, Manuel. *El enriquecimiento injusto de la Administración Pública*, Madrid: Marcial Pons, 1995, p. 92.

Para la valoración de la existencia de un enriquecimiento injusto de la Administración se aplican los criterios de la jurisprudencia civil. Es tenido en cuenta en aquellas situaciones en las que un particular supuestamente empobrecido reclama un enriquecimiento sin causa de la Administración. No todo incremento patrimonial del poder público derivado de una norma reglamentaria supone un enriquecimiento indebido en perjuicio de un particular.

La STSJ de Andalucía, núm. 837/2015, de 1 de octubre recuerda los elementos que han de concurrir para que tenga lugar esta situación ilícita, objeto de control en sede judicial en relación con la potestad reglamentaria: i) ha de producirse un enriquecimiento, constituido por cualquier atribución o ventaja patrimonial abocada a producir efectos definitivos, ii) el empobrecimiento de quien reclama, ha de ser pecuniariamente apreciable, entendido en su más amplio sentido si no proviene directamente del comportamiento de quien lo sufre, iii) una relación causal entre el empobrecimiento y enriquecimiento, iv) falta de justificación del enriquecimiento y correlativo empobrecimiento. Es fundamental atender al expediente administrativo y a la justificación de los preceptos impugnados, pues la cláusula de consecución del interés general pudiera servir como salvaguarda ante eventuales situaciones de posible enriquecimiento injusto de la Administración.

Adquiere especial relevancia este principio en materia tributaria. La STS nº rec. 1298/1998 de 11 de febrero de 2003, que conoce de la impugnación de las órdenes reguladoras del Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas, valora que el carácter voluntario de la modalidad de estimación objetiva por signos, índices o módulos aprobados (que puede ser abandonado por voluntad del contribuyente) por las órdenes sometidas a consideración y la existencia de diversos métodos para la recuperación de ingresos indebidos. Estas circunstancias impiden apreciar el enriquecimiento injusto de la Administración.

La STSJ de Madrid, núm. 1226/2010, de 17 de junio, conoce de la impugnación de una serie de preceptos de la Ordenanza de Diseño y Gestión de Obras en Vía Pública del Ayuntamiento de Madrid. En este caso aprecia la existencia de un enriquecimiento injusto, dado que *la demandante afirma que resulta manifiestamente contrario a Derecho el precepto objeto de impugnación por cuanto legitima un enriquecimiento injusto (...) a favor de la Administración, que percibe un incremento patrimonial o evita un gasto, al tiempo que el particular que realiza los trabajos o prestaciones para la Administración experimenta un correlativo empobrecimiento o disminución en su patrimonio (...) que se materializa en el hecho de que las compañías (...) estén obligados a construir galerías de servicio a su costa (...) y tras asumir el importe (...) se vean obligados a cederlas al consistorio sin contraprestación alguna (...) debiendo pagar por el aprovechamiento de esas galerías.* El órgano judicial considera la existencia de un enriquecimiento sin causa, ya que el Consistorio

en virtud de esa norma se apropia sin más de la inversión realizada por terceros, cobrando además una tasa a aquellos.

4 Conclusiones

Es fundamental en una buena dinámica en el ejercicio de la potestad reglamentaria la aplicación de los criterios de buen gobierno y buena administración en sentido amplio. La actividad normadora de la Administración es un medio para alcanzar el interés general y no un fin. Considero que hay que promover una actividad reglamentaria conforme a los parámetros del principio de subsidiariedad en el Estado regulador.

La Administración Pública abusa del ejercicio de la potestad reglamentaria. Desde este punto de vista se ha sugerido recoger los postulados de la dinámica del Estado regulador y garante, que propone la aplicación del principio de subsidiariedad en la intervención del Estado. El Estado regulador, vigente en nuestros días a partir de la realidad de los hechos, permite moderar el ejercicio de la potestad reglamentaria de los poderes públicos.

La fuerza de los principios generales del Derecho no puede ser olvidada ante el positivismo imperante. Se han expuesto los principios generales del Derecho más importantes en el control de la potestad reglamentaria de la Administración, discrecional por excelencia. En el recorrido jurisprudencial que se ha realizado se ha puesto de manifiesto como los principios generales se conectan entre sí y que, salvo excepciones, para que un órgano judicial anule una norma o preceptos de una norma reglamentaria, es necesario un relato completo, una carga probatoria importante y, sobre todo, un alegato fundamentado sobre los principios generales del Derecho.

La jurisprudencia avanza poco a poco en el control de la potestad reglamentaria. Cabe destacar cómo resoluciones judiciales recientes equiparan la Memoria de Impacto Normativo con la motivación de los actos administrativos. En los casos en los que aquella se encuentra profundamente incompleta el Poder Judicial comienza a valorar la falta de motivación y por ello, considera que se está infringiendo el principio de interdicción de la arbitrariedad de los poderes públicos. Los defectos graves en la elaboración de la MAIN pueden justificar la expulsión de una norma o precepto del Ordenamiento jurídico.

5 Bibliografía

ARAGUÀS GALCERÀ, Irene. *La transparencia en el ejercicio de la potestad reglamentaria. Conocimiento, participación y rendición de cuentas en la elaboración de reglamentos estatales y autonómicos*. Barcelona, 2016, Tesis (Doctorado).

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidad líquida*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- BASSOLS COMA, Martín. El control de la elaboración de los reglamentos: nuevas perspectivas desde la técnica normativa y de la evaluación de la simplificación y calidad de las normas, *Revista Aragonesa de Administración Pública*, núm. 33, 2008
- CALLEJA PUEYO, Pedro. ¿Por qué lo llaman discrecionalidad técnica si es arbitrariedad? *Legal Prestigia*, España, 2016. Acceso disponible a través de: <http://www.legalprestigia.aranzadi.es/articulos/54/por-que-lo-llaman-discrecionalidad-tecnica-si-es-a.aspx>.
- CASSAGNE, Juan Carlos. *Los grandes principios del Derecho Público (constitucional y administrativo)*. Madrid: Reus, 2016.
- COTINO HUESO, Lorenzo. Los reglamentos en España: la fuente del Derecho más común y quizá la más desconocida, *Revista Iusta*, núm. 26, 2007, pp. 177-202.
- DE LA QUADRA-SALCEDO, Tomás. Estado y mercado en un mundo global, *Cuadernos de Derecho Público*, núm. 25, 2015
- DE LA CRUZ FERRER, Juan. Sobre el control de la discrecionalidad en la potestad reglamentaria, *Revista de Administración Pública*, núm. 116, 1988.
- ESPÍN TEMPLADO, Eduardo. Separación de poderes, delegación legislativa y potestad reglamentaria en la Constitución Española. *Revista de las Cortes Generales*, Madrid, núm. 6, 1985
- ESTEVE PARDO, José. *El desconcierto del Leviatán*. Política y derecho ante las incertidumbres de la Ciencia, Madrid: Marcial Pons, 2009.
- GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. La lucha contra las inmunidades del poder en el Derecho administrativo (poderes discrecionales, poderes de gobierno, poderes normativos), Madrid, *Revista de Administración Pública*, núm. 38, 1968.
- GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo, Justicia y seguridad jurídica en un mundo de leyes desbocadas, Madrid: Civitas, 1999.
- HERCE MAZA, Jose Ignacio. *Del principio de subsidiariedad al Estado regulador y garante: proyecciones en el Derecho Administrativo y en la buena regulación*, A Coruña, 2023, Tesis (Doctorado) – Programa Oficial de Doctorado en Derecho Administrativo Iberoamericano de la Universidade A Coruña.
- HERCE MAZA, Jose Ignacio. *El control de la discrecionalidad en el ejercicio de la potestad reglamentaria a partir de los principios generales del Derecho y buena regulación: nec magis nec minus*, Madrid, Asamblea: revista parlamentaria de la Asamblea de Madrid, núm. 44, 2023.
- LASERRE, Bruno. *El Estado regulador*, Conferencia impartida en el encuentro con la nueva promoción de la Escuela Nacional de Administración el 25 de enero de 2019. Acceso disponible en: https://cijur.mpba.gov.ar/files/bulletins/El_Estado_Regulador_-_traduccion.pdf.
- PONCE SOLÉ, Jordi. Good Administration and Administrative Procedures, *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 12, n. 2, 2005
- PONCE SOLÉ, Jordi. La calidad en el desarrollo de la discrecionalidad reglamentaria: teorías sobre la regulación y adopción de buenas decisiones normativas por los gobiernos y las administraciones, *Revista de Administración Pública*, núm. 162, 2003
- PONCE SOLÉ, JORDI. ¿Mejores normas? Directiva 2006/123&/CE, relativa a los servicios en el mercado interior, calidad reglamentaria y control judicial, Madrid, *Revista de Administración Pública*, núm. 180, 2009.

RAZQUÍN LIZÁRRAGA, Jose Antonio. *Hacia la calidad de las normas: la elaboración de los reglamentos*. En: ALENZA GARCÍA, Jose Francisco, RAZQUÍN LIZÁRRAGA, Jose Antonio, Organización y Procedimientos Administrativos: libro homenaje al profesor Francisco González Navarro, Pamplona: Aranzadi, 2007

RODRIGUEZ-ARANA, Jaime. *Derecho administrativo y derechos sociales fundamentales*, Madrid: Global Law Press, 2015

RODRIGUEZ-ARANA, Jaime. El derecho fundamental a la buena administración en la Constitución Española y en la Unión Europea, *Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo*, vol. 1, núm. 2, 2014.

SÁNCHEZ MORÓN, Miguel. *Derecho Administrativo: parte general*. Madrid: Tecnos, 2022.

SANTAMARÍA PASTOR, Juan Alfonso. *Principios de Derecho Administrativo General I*. Madrid: Lustel, 2009

SARMIENTO ACOSTA, Manuel. El problema del control de la discrecionalidad de los reglamentos administrativos, Tenerife, *Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas*, núm. 16-17, 2011-2012

SEBASTIÁN, Carlos. Sobre la producción normativa en España, *Hay Derecho*, España, 2014. Acceso disponible a través de: <https://www.hayderecho.com/2014/10/21/sobre-la-produccion-normativa-en-espana/>.

SUAY RINCÓN, José. El control de la potestad reglamentaria, *Revista Española de la Función Consultiva*, núm. 26, 2016

VAQUER CABALLERÍA, Marcos, *Auge y problemas de la metarregulación: la iniciativa legislativa y la potestad reglamentaria en la Ley de Procedimiento Administrativo Común*. En: PONCE SOLÉ, Jordi, CERRILLO Y MARTÍNEZ, Agustí. Innovación en el ámbito del buen gobierno regulatorio ciencias del comportamiento, transparencia y prevención de la corrupción. Madrid, Instituto Nacional de Administración Pública: 2017. p. 87-146.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAZA, Jose Ignacio Herce. Una aproximación a la operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 4, n. 2, p. 53-74, maio/ago. 2023. DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.2.maza.

Sobre a Revista

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW

Objetivo

O International Journal of Digital Law é um periódico científico eletrônico de acesso aberto e periodicidade quadrimestral promovido pelo **Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (NUPED)**, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O Conselho Editorial é composto por renomados professores vinculados a instituições de ensino superior do Brasil, Argentina, Austrália, Colômbia, Espanha, Egito, França, Holanda e Índia. A linha editorial segue o eixo das atividades de pesquisa do NUPED, um grupo inscrito no diretório do CNPq e filiado à **Rede de Pesquisa em Direito Administrativo Social (REDAS)**. Seu enfoque é o estudo crítico das instituições jurídico-políticas típicas do Estado de Direito, notadamente as voltadas à inovação e ao desenvolvimento humano por intermédio da revolução digital.

Linha Editorial

A linha editorial segue o eixo de concentração do **NUPED – PPGD/PUCPR** intitulada “**Direito Econômico e Desenvolvimento**”. Por sua vez, a área congrega duas importantes linhas de pesquisa: 1. **Estado, Economia e Desenvolvimento** e 2. **Direitos Sociais, Globalização e Desenvolvimento**. A revista dará destaque a este marco teórico. Entretanto, transversalmente ao tema da economia, do desenvolvimento, da globalização e dos direitos sociais, as palavras-chave que melhor definem o escopo da revista implicam a tratativa de temas como: acesso à informação, *big data*, *blockchain*, cidades inteligentes, contratos inteligentes, *crowdsourcing*, cibercrimes, democracia digital, direito à privacidade, direitos fundamentais, *e-business*, economia digital, educação digital, eficiência administrativa, *e-government*, *fake news*, *gig economy*, globalização, inclusão digital, infraestrutura, inovação, inteligência artificial, interesse público, internet, internet das coisas, jurimetria, *lawfare*, novas tecnologias, perfilamento digital, pesquisa em multimeios, processo administrativo eletrônico, proteção de dados, regulação administrativa, regulação econômica, risco, serviços públicos, sistemas de informação, sociedade da informação, transparência governamental e telecomunicações.

Double blind peer review

A publicação dos artigos submete-se ao procedimento *double blind peer review*. Os trabalhos são remetidos sem identificação de autoria a dois pareceristas *ad hoc* portadores de título de doutor, todos eles exógenos à instituição promotora da revista (PUCPR). Os pareceristas são, portanto, sempre pesquisadores vinculados a renomadas instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

Cobertura temática (classificação do CNPq)

GRANDE: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)/Área: Direito (6.01.00.00-1)/
Subárea: Direitos Especiais (6.01.04.00-7)

GRANDE: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)/Área: Ciência da Informação
(6.07.00.00-9)/Subárea: Teoria da Informação (6.07.01.00-5)

GRANDE: Ciências Exatas e da Terra (1.00.00.00-3)/Área: Ciência da Computação
1.03.00.00-7/Subárea: Sistemas de Computação (1.03.04.00-2)

Diretrizes para Autores

1. Submissão de artigos

As propostas de artigos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser enviadas através do sistema eletrônico de submissões (gratuitamente), por meio de cadastro no Sistema Eletrônico e acesso mediante login e senha a ser realizado no [site](#). Não serão aceitas propostas enviadas por e-mail. A revista reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar qualquer original recebido, de acordo com as recomendações do seu corpo editorial, inclusive por inadequação da temática do artigo ao perfil editorial da revista, como também o direito de propor eventuais alterações.

2. Qualificação dos autores

Ao menos um dos autores do artigo deverá possuir o título de Doutor (Dr.), Doctor of Juridical Science (J.S.D. ou S.J.D.), Doctor juris (Dr. iur. ou Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.). A exigência poderá ser relativizada, nunca extrapolando o percentual de 30% por edição, em casos excepcionais de: (i) artigos de autores afiliados a instituições estrangeiras; (ii) artigos escritos em inglês.

3. Ineditismo e exclusividade

Os textos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser inéditos e para publicação exclusiva, salvo no caso de artigos em língua estrangeira que tenham sido publicados fora do país. Uma vez publicados nesta revista, também poderão sê-lo em livros e coletâneas, desde que citada a publicação original. Roga-se aos autores o compromisso de não publicação em outras revistas e periódicos, bem como de que as propostas de artigo não se encontrem postulados de forma simultânea em outras revistas ou órgãos editoriais.

4. Idiomas

Podem ser submetidos artigos redigidos em Português, Espanhol ou Inglês.

5. Cadastro dos metadados no sistema eletrônico de submissões

5.1. No momento da submissão do artigo no sistema eletrônico, os campos dos metadados deverão ser preenchidos obrigatoriamente de acordo com estas diretrizes, sob pena de rejeição liminar da submissão.

5.2. Autores

5.2.1. *Nome/Nome do Meio/Sobrenome*: indicação do nome completo do(s) autor(es) apenas com as iniciais de cada nome em caixa alta. Em caso de artigos em coautoria, os nomes de todos os coautores devem ser inseridos no sistema na ordem que deverá constar no momento da publicação.

5.2.2. *E-mail*: indicação do e-mail do(s) autor(es) para contato, que será obrigatoriamente divulgado na versão publicada do artigo.

5.2.3. *ORCID iD*: indicação do número de identificação ORCID (para maiores informações [clique aqui](#)). O identificador ORCID pode ser obtido no [registro ORCID](#). Você deve aceitar os padrões para apresentação de iD ORCID e incluir a URL completa; por exemplo: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>.

5.2.4. URL: link para o currículo completo do autor. No caso de autores brasileiros, deve ser indicado o link para o Currículo Lattes.

5.2.5. Instituição/Afiliação: indicação da sua principal afiliação institucional ou das duas principais, caso o vínculo com ambas possua a mesma importância (instituição à qual encontra-se vinculado como docente ou discente, ou, caso não seja docente ou discente, a instituição onde foi obtido o seu maior título acadêmico, como doutorado, mestrado, especialização etc.). O nome da instituição deverá constar por extenso e na língua original da instituição (ou em inglês quando a escrita não for latina), seguida da indicação do país de origem da instituição entre parênteses. Caso o autor seja docente e esteja cursando mestrado ou doutorado em outra instituição, a afiliação principal será a da instituição na qual o autor figura como mestrando ou doutorando.

5.2.6. País: indicação do país da principal afiliação institucional do autor.

5.2.7. Resumo da biografia: indicação do mini currículo, iniciando com a indicação da instituição onde figura como docente, seguida de cidade, sigla do Estado e país entre parênteses, indicação das titulações acadêmicas (começando pela mais elevada), outros vínculos com associações científicas, profissão etc.

5.3. Título e Resumo

5.3.1. Título: título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula.

5.3.2. Resumo: resumo no idioma do artigo, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras.

5.4. Indexação

5.4.1. Palavras-chave: indicação de 5 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula).

5.4.2. Idioma: indicar a sigla correspondente ao idioma do artigo (Português=pt; English=en; Español=es).

5.5. Contribuidores e Agências de fomento: os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar neste campo a fonte de financiamento.

5.6. Referências: inserir a lista completa de referências citadas no artigo, dando um espaço entre cada uma delas.

6. Apresentação do texto e elementos pré-textuais

6.1. Recomenda-se que o trabalho tenha entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas.

6.2. As margens utilizadas deverão ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.

6.3. No corpo do texto deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5 cm e espaçamento de 0 pt (pontos) antes e depois dos parágrafos.

6.4. Nas notas de rodapé deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas.

6.5. No desenvolvimento do texto, os parágrafos deverão conter recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda. Títulos e subtítulos deverão estar alinhados à margem esquerda, sem recuo.

6.6. A estruturação deverá observar a exposta neste item 6.6.

6.6.1. Título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula e em itálico, centralizado.

6.6.2. Nos casos de necessidade de indicar informações a respeito do artigo (financiamento por agências de fomento, agradecimentos, tradutores do texto etc.), deverá ser inserida uma nota de rodapé com um asterisco (e não com número) situada à direita do título no idioma do artigo.

6.6.3. Título em inglês, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula, em itálico e centralizado. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo título em português.

6.6.4. O artigo não deve incluir os nomes do(s) autor(es). As informações, para fins de publicação, serão retiradas dos metadados inseridos pelo(s) autor(es) no sistema eletrônico da revista no momento da submissão.

6.6.5. Resumo no idioma do artigo (fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Resumo” escrita no idioma do artigo.

6.6.6. Indicação de 6 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula), antecidas da expressão “Palavras-chave” redigida no idioma do artigo.

6.6.7. Resumo em inglês (Fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Abstract”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo resumo em português.

6.6.8. Indicação de seis palavras-chave em inglês (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula), antecidas da expressão “Keywords”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelas palavras-chave em português.

6.6.9. Sumário com a identificação dos títulos das seções e das subseções, com numeração progressiva, separados por ponto vírgula, sequencialmente e em parágrafo único.

6.6.10. Desenvolvimento do trabalho científico: a numeração progressiva, em números arábicos, deve ser utilizada para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho.

6.6.11. Lista das referências bibliográficas efetivamente utilizadas no artigo, ao final do trabalho, separadas por um espaço simples, alinhadas à margem esquerda (sem recuo).

6.6.12. Aplicam-se, para os demais aspectos de formatação, as normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).

6.6.13. No caso de artigos com 4 ou mais autores, é necessário incluir uma nota de rodapé indicando qual foi a contribuição de cada um.

6.7. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico, ficando vedada a utilização de negrito, sublinhado ou caixa alta para fins de dar destaque ao texto.

6.8. Figuras e tabelas devem estar inseridas no texto, e não no final do documento na forma de anexos.

7. Metodologia científica

7.1. As referências dos livros, capítulos de obras coletivas, artigos, teses, dissertações e monografias de conclusão de curso de autores citados ou utilizados como base

para a redação do texto devem constar em nota de rodapé, com todas as informações do texto, em observância às normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 6023:2018), e, especialmente, com a indicação da página da qual se tirou a informação apresentada no texto logo após a referência.

7.1.1. O destaque dado ao título dos livros (ou revistas) citados deverá constar em itálico, ficando vedada a utilização de negrito.

7.1.2. Os artigos redigidos com citação no formato AUTOR-DATA não serão aceitos para publicação, somente o sistema de chamadas numérico exposto nas notas de rodapé.

7.1.3. As referências deverão constar da seguinte forma:

7.1.3.1. Livros:

SOBRENOME, Nome. *Título da obra em itálico*: subtítulo sem itálico, número da edição. Cidade: Editora, ano.

Exemplo:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital*: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

7.1.3.2. Capítulos de livros coletivos:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo sem itálico. In: SOBRENOME DO 1º ORGANIZADOR, Nome do organizador; SOBRENOME DO 2º ORGANIZADOR, Nome do 2º organizador e assim sucessivamente, separados por ponto vírgula (Org. ou Coord.). *Título da obra ou coletânea em itálico*: subtítulo sem itálico, número da edição. Cidade: Editora, ano. página inicial-página final [antecedidas de “p.”].

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sanches; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilha: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

7.1.3.3. Artigos em revistas:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo sem itálico. *Título da Revista em itálico*, cidade, volume, número, página inicial-página final [antecedidas de “p.”], meses da publicação [abreviados com as três primeiras letras do mês seguidas de ponto e separados por barra]. ano.

Exemplo:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

7.1.3.4. Teses de Titularidade, Livre-Docência, Doutorado, Dissertações de Mestrado, Monografias de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação:

SOBRENOME, Nome. *Título do trabalho em itálico*: subtítulo sem itálico. Cidade, ano, número de folhas seguido de “f”. Modalidade do trabalho (Grau obtido com a defesa) – Órgão perante o qual o trabalho foi defendido, Nome da instituição.

Exemplo:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

7.1.3.5 DOI – Digital object identifier: Caso o documento consultado na pesquisa tenha o número de DOI recomenda-se a inclusão, de modo complementar, do número após o término de cada referência.

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

7.1.3.6. Documentos em meio eletrônico: Documentos extraídos do meio eletrônico deverão apresentar após o término de cada referência o local da rede onde foi encontrado e apresentado da seguinte maneira.

Exemplo:

IJDL. *International Journal of Digital Law. Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>. Acesso em: 12 fev. 2020.

7.1.4. Os elementos das referências devem observar o seguinte padrão:

7.1.4.1. Autor: SOBRENOME em maiúsculas, vírgula, Nome com as iniciais em maiúsculas, seguido de ponto final.

7.1.4.2. Edição: deve ser incluída a informação somente a partir da segunda edição, sem ordinal, seguido de ponto e “ed.”. Exemplo: 2. ed.

7.1.4.3. Ano: grafado com algarismos arábicos, sem ponto no milhar, antecedido de vírgula e seguido de ponto.

7.1.5. Nos casos em que for absolutamente impossível obter alguma das informações acima, a ausência deverá ser suprida da seguinte forma:

7.1.5.1. Ausência de cidade: substituir por [S.I.].

7.1.5.2. Ausência de editora: substituir por [s.n.].

7.1.5.3. Ausência de ano: indicar entre colchetes o ano aproximado, seguido de ponto de interrogação. Exemplo: [1998?].

7.2. As citações (palavras, expressões, períodos) deverão ser cuidadosamente conferidas aos textos originais.

7.2.1. Citações diretas devem seguir o seguinte padrão de registro: transcrição com até quatro linhas devem constar do corpo do texto, com letra e espaçamento normais, e estar entre aspas.

7.2.2. Recomenda-se fortemente que citações textuais longas (mais de quatro linhas) não sejam utilizadas. Entretanto, se imprescindíveis, deverão constituir um parágrafo independente, com recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda (alinhamento justificado), utilizando-se espaçamento entre linhas simples e tamanho da fonte 10. Neste caso, aspas não devem ser utilizadas.

7.2.3. Fica vedado o uso do op. cit., loc. cit., ibidem e idem nas notas bibliográficas, que deverão ser substituídas pela referência completa, por extenso.

7.2.4. Para menção de autores no corpo do texto, fica vedada sua utilização em caixa alta (ex.: para Nome SOBRENOME...). Nestes casos todas as menções devem ser feitas apenas com a primeira letra maiúscula (ex.: para Nome Sobrenome...).

8. Redação

8.1. Os textos devem ser revisados, além de terem sua linguagem adequada a uma publicação editorial científica.

8.2. No caso de artigos redigidos na língua portuguesa, a escrita deve obedecer às regras ortográficas em vigor desde a promulgação do ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, a partir de 1º de janeiro de 2009.

8.3. As citações de textos anteriores ao ACORDO devem respeitar a ortografia original.

9. Artigos resultantes de pesquisas financiadas

Os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar em nota de rodapé, situada ao final do título do artigo no idioma do texto, a informação relativa ao financiamento da pesquisa.

10. Declaração de direitos autorais

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

10.1. Não serão devidos direitos autorais ou qualquer outra remuneração pela publicação dos trabalhos.

10.2. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à *IJD* o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. Ainda, em virtude de aparecerem nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, com aplicações educacionais e não comerciais.

10.3. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (ver [O Efeito do Acesso Livre](#)).

11. Responsabilidade dos autores

11.1. Autores são responsáveis pelo conteúdo publicado, comprometendo-se, assim, a participar ativamente da discussão dos resultados de sua pesquisa científica, bem como do processo de revisão e aprovação da versão final do trabalho.

11.2. Autores são responsáveis pela condução, resultados e validade de toda investigação científica.

11.3. Autores devem noticiar a revista sobre qualquer conflito de interesse.

11.4. As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

11.5. Ao submeter o artigo, o autor atesta que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.

12. Conflito de interesses

A confiabilidade pública no processo de revisão por pares e a credibilidade de artigos publicados dependem em parte de como os conflitos de interesses são administrados durante a redação, revisão por pares e tomada de decisões pelos editores.

12.1. É obrigatório que o autor do manuscrito declare a existência ou não de conflitos de interesse. Mesmo julgando não haver conflitos de interesse, o autor deve declarar essa informação no ato de submissão do artigo, marcando esse campo específico.

12.2. Conflitos de interesses podem surgir quando autores, pareceristas ou editores possuem interesses que, aparentes ou não, podem influenciar a elaboração ou avaliação

de manuscritos. O conflito de interesses pode ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira.

12.3. Quando os autores submetem um manuscrito, eles são responsáveis por reconhecer e revelar conflitos financeiros ou de outra natureza que possam ter influenciado seu trabalho.

12.4. Os autores devem reconhecer no manuscrito todo o apoio financeiro para o trabalho e outras conexões financeiras ou pessoais com relação à pesquisa. As contribuições de pessoas que são mencionadas nos agradecimentos por sua assistência na pesquisa devem ser descritas, e seu consentimento para publicação deve ser documentado.

12.5. Manuscritos não serão rejeitados simplesmente por haver um conflito de interesses, mas deverá ser feita uma declaração de que há ou não conflito de interesses.

12.6. Os pareceristas devem, igualmente, revelar aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influir em suas opiniões sobre o manuscrito, e devem declarar-se não qualificados para revisar originais específicos se acreditarem que esse procedimento é apropriado. Assim como no caso dos autores, se houver silêncio por parte dos pareceristas sobre conflitos potenciais, isso significará que os conflitos não existem.

12.7. No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos pareceristas, o Conselho Editorial encaminhará o manuscrito a outro parecerista *ad hoc*.

12.8. Se os autores não tiverem certeza do que pode constituir um potencial conflito de interesses, devem contatar o Coordenador Editorial da Revista.

12.9. Para os casos em que editores ou algum outro membro publiquem com frequência na Revista, não serão atribuídos tratamentos especiais ou diferenciados. Todos os artigos submetidos serão avaliados através do procedimento *double blind peer review*.

13. Outras informações

13.1. Os trabalhos serão selecionados pelo Coordenador Editorial e pelo Conselho Editorial da Revista, que entrarão em contato com os respectivos autores para confirmar o recebimento dos textos, e em seguida os remeterão para análise de dois pareceristas do Conselho de Pareceristas.

13.2. Os originais recebidos e não publicados não serão devolvidos.

13.3. Asseguram-se aos autores o direito de recurso das decisões editoriais.

13.3.1. Serão concedidos 5 (cinco) dias, contados da data da decisão final do Conselho Editorial.

13.3.2. O arrazoado escrito deverá ser enviado para o e-mail: journal@nuped.com.br.

13.3.3. O recurso será analisado pelo Conselho Editorial no prazo de 30 (trinta) dias.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita (salvo em caso de artigos em língua estrangeira publicados no exterior), e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.

4. O texto possui entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas; as margens utilizadas são: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; no corpo do texto utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5, e espaçamento de 0 pt antes e depois dos parágrafos; nas notas de rodapé utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas; no desenvolvimento do texto, os parágrafos contêm recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda; títulos e subtítulos estão alinhados à margem esquerda, sem recuo; as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na [página para submissão](#).
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
7. O autor declara que, com exceção das citações diretas e indiretas claramente indicadas e referenciadas, este artigo é de sua autoria e, portanto, não contém plágio. Declara, ainda, que está ciente das implicações legais que a utilização de material de terceiros acarreta.
8. O autor declara que participou suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo e que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.
9. O autor concorda com a política de responsabilidade estabelecida no item 10. Responsabilidade dos autores das [Diretrizes para Autores](#).

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Este periódico tem um compromisso com a ética e a qualidade das publicações, seguindo padrões internacionais de publicação científica. Defendemos um comportamento ético de todas as partes envolvidas na publicação em nosso periódico: autores, editor, pareceristas, Equipe Editorial e a Editora. Não aceitamos plágio ou qualquer outro comportamento antiético. Para isso, são seguidas as diretrizes do [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

Deveres do Editor

- **Decisão de publicação:** o editor é responsável por decidir quais artigos submetidos à revista devem ser publicados. O editor é guiado pelas políticas decididas pelo Conselho Editorial. Essas políticas devem obedecer às exigências legais em vigor sobre difamação, violação de direitos autorais e plágio. Para tomada de decisões o editor pode consultar o Conselho Editorial e os pareceristas.
- **Transparência e respeito:** o editor deve avaliar os manuscritos submetidos sem levar em conta a raça, sexo, a orientação sexual, a crença religiosa, a origem étnica, a nacionalidade ou a filosofia política dos autores.

- **Confidencialidade:** o editor e demais membros da equipe editorial não devem divulgar qualquer informação sobre um manuscrito submetido, a não ser aos pareceristas e os conselheiros editoriais.
- **Divulgação e conflitos de interesse:** O editor não deve utilizar materiais inéditos divulgados em um manuscrito submetido em pesquisas próprias sem o consentimento expresso e por escrito do autor. O editor deve recusar avaliar os manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou (possivelmente) instituições ligadas aos manuscritos.
- **Envolvimento e cooperação em investigações:** o editor deve tomar medidas necessárias cabíveis quando foram apresentadas reclamações éticas a respeito de um manuscrito submetido ou artigo publicado.

Deveres dos Pareceristas

- **Contribuição para as decisões editoriais:** a revisão dos pareceristas auxilia o editor na tomada de decisões editoriais e por meio das comunicações com o autor também pode auxiliar o mesmo na melhora do artigo.
- **Pontualidade:** qualquer avaliador de artigo que não se sinta qualificado para analisar o artigo ou sabe que a sua imediata leitura será impossível deve notificar imediatamente o editor.
- **Confidencialidade:** os trabalhos recebidos para análise devem ser tratados como documentos confidenciais. Eles não devem ser mostrados ou discutidos com os outros.
- **Padrões de objetividade:** os pareceres devem ser conduzidos de forma objetiva. Os pareceristas devem expressar seus pontos de vista de maneira clara e apoiados em argumentos.
- **Sobre as fontes:** os pareceristas devem identificar trabalhos publicados relevantes que não foram citados pelos autores. O parecerista deve chamar a atenção do editor sobre qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e qualquer outro *artigo* publicado de que tenha conhecimento pessoal.
- **Divulgação e conflito de interesses:** informações privilegiadas ou ideias obtidas pelo parecerista por meio da leitura dos manuscritos devem ser mantidas em sigilo e não devem utilizadas para proveito pessoal. O parecerista não deve avaliar manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou instituições ligadas aos manuscritos.

Deveres dos Autores

- **Normas gerais:** os autores de trabalhos que se referem a pesquisas originais devem apresentar um relato preciso do trabalho realizado, bem como uma discussão objetiva sobre o seu significado. Dados complementares devem ser representados com precisão no artigo. O documento deve conter detalhes suficientes e referências que permitam que outros possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas constituem um comportamento antiético e são inaceitáveis.

- **Originalidade e plágio:** os autores devem garantir que as obras são inteiramente originais e se eles utilizam o trabalho e/ou textos dos outros que isso seja devidamente citado. Plágio em todas as suas formas constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Publicação múltipla ou redundante:** um autor não deve publicar manuscritos que descrevam essencialmente a mesma pesquisa em mais de um periódico. Publicar o mesmo artigo em mais de um periódico sem informar os editores e obter seu consentimento constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Sobre as fontes:** o trabalho de outros autores deve sempre ser reconhecido. Os autores devem citar as publicações que foram importantes na determinação da natureza do trabalho relatado. As informações obtidas em particular, como em uma conversa, correspondência, ou discussão com terceiros, não devem ser utilizadas ou relatadas sem a permissão explícita por escrito da fonte. As informações obtidas por meio de serviços confidenciais, tais como arbitragem manuscritos ou pedidos de bolsas, não devem ser utilizadas sem a permissão explícita por escrito do autor do trabalho envolvido nestes serviços.
- **Autoria:** a autoria do trabalho deve ser restrita àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. Todos aqueles que fizeram contribuições significativas devem ser listados como coautores. Pessoas que participaram em certos aspectos do projeto de pesquisa devem ser listadas como colaboradores. O autor principal deve garantir que todos os coautores apropriados estejam incluídos no artigo. O autor principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.
- **Divulgação e conflitos de interesses:** todos os autores devem divulgar no manuscrito qualquer conflito financeiro ou de outra natureza que possa influenciar os resultados ou a interpretação de seu manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.
- **Erros fundamentais em trabalhos publicados:** quando um autor descobre um erro significativo ou imprecisão em seu trabalho publicado é obrigação do autor informar imediatamente o editor da revista ou a Editoria de Periódicos e cooperar com o editor para corrigir o artigo.

Deveres da Editora

Estamos empenhados em garantir que publicidade, reimpressão ou qualquer outra fonte de receita comercial não tenha qualquer impacto ou influência sobre as decisões editoriais.

Nossos artigos são avaliados por pares para garantir a qualidade da publicação científica. Este periódico utiliza o CrossCheck (software antiplágio da CrossRef).

* Esta declaração se baseia nas recomendações da Elsevier e no *Best Practice Guidelines for Journal Editors* do Committee on *Publication Ethics* – COPE.

Author Guidelines

1. Article Submission

Article propositions for publishing on the International Journal of Digital Law must be sent through the electronic submission system (free of cost) and access through login and password. Propositions sent by e-mail will not be accepted. The Journal has the right to accept or reject any originals received, according to its Editorial Board's recommendations, including the inadequacy of the article's theme to the journal's editorial profile, as well as the right to propose modifications.

2. Author Qualification

At least one of the authors must own either a PhD degree or a Doctor of Juridical Science (J.S.D. or S.J.D), Doctor juris (Dr. iur. or Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.) degree. This requirement can be relativized, never exceeding 30% of the articles per edition, in exceptional cases of: (i) authors affiliated to foreign institutions; (ii) articles written in English.

3. Originality and exclusivity

Articles for publication in the International Journal of Digital Law must be original and exclusive, except in case of articles written in a foreign language and published outside Brazil. After the publication of the article in this journal, it can also be published in books and compilations, as long as the original publication is mentioned. We ask the authors to commit to not publish the article in other journals or reviews, as well as not to submit it to other journals at the same time.

4. Languages

Articles can be submitted in English, Portuguese, and Spanish.

5. Registration of the metadata in the electronic submission system

5.1. At the time of submission of the article to the electronic system, the metadata fields must be filled in according to these guidelines, under penalty of preliminary rejection of the submission.

5.2. Authors

5.2.1. *First name/Middle name/Last name:* indication of the full name of the author(s) with only the initials of each name in capital letter. In case of articles in co-authorship, the names of all coauthors must be inserted in the system in the order that should appear at the time of publication.

5.2.2. *E-mail:* indication of the e-mail address of the author(s) for contact, which will mandatorily appear in the published version of the article.

5.2.3. *ORCID iD:* indication of the number of the author's ORCID identifier (for further information [click here](#)). The ORCID identifier can be obtained in [ORCID register](#). Authors must have to accept the patterns for presentation of ORCID iD and include the full URL (e.g.: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>).

5.2.4. *URL:* link to the author's full curriculum. In the case of Brazilian authors, the link to the Lattes Curriculum should be indicated.

5.2.5. Affiliation: indication of the author's main institutional affiliation (or two main affiliations if both of the links with them have the same importance). The main institution is where the author is professor or student, or, in case of not being professor or student anymore, the institution where the authors obtained their major academic title (PhD, J.S.D., LL.M, B.A., etc.). The institution's name must be written in full (not abbreviated) and in the original language of the institution (or in English for non-Latin languages), followed by an indication of the country of origin of the institution between parentheses. If the author is a professor and also a PhD, J.S.D or LL.M candidate in another institution, the main affiliation will be the institution where the author is candidate.

5.2.6. Country: indication of the country of the author's main institutional affiliation.

5.2.7. Bio Statement: indication of the author's abbreviated CV, with the information organized in the following sequence: first, the indication of the institution to which the author is affiliated as a professor; second, between parentheses, the city, state/province (if applicable) and country of the institution; third, indication of academic titles (starting with the highest); fourth, other bonds with scientific associations; fifth, profession; etc.

5.3. Title and Abstract

5.3.1. Title: title in the language of the article, with only the first letter of the sentence in capital letter.

5.3.2. Abstract: abstract in the language of the article, without paragraph or citations and references, with up to 200 words.

5.4. Indexing

5.4.1. Keywords: indication of 5 keywords in the language of the article (in lower case and separated by semicolons).

5.4.2. Language: indicate the acronym corresponding to the language of the article (Português=pt; English=en; Español=es).

5.5. Supporting Agencies: articles resulting from funded research projects should indicate in this field the source of funding.

5.6. References: insert the complete list of references cited in the article, with a space of one line between them.

6. Text Presentation and pre-textual elements

6.1. The article must have between 15 and 30 pages (size A4 – 21 cm × 29,7 cm), including introduction, development and conclusion (not necessarily with these titles) and a bibliographic reference list. The maximum number of pages can be relativized in exceptional cases, decided by the Editorial team.

6.2. Edges (margins) must be: top and left with 3 cm, bottom and right with 2 cm.

6.3. The text must use Font Times New Roman, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt before and after paragraphs.

6.4. References must use Font Times New Roman, size 10, simple space between lines.

6.5. In the development of the text, the paragraphs must contain decrease of 1.5 cm from the left margin. Titles and subtitles must be aligned with the left margin without decrease.

6.6. The structure should observe the following order:

6.6.1. Title in the article's language, in bold, centralized, with the first letter of the sentence in capital letter.

6.6.2. In case of indicating information related to the article (financing from sponsoring agencies, acknowledgments, translators, etc.), it is necessary to insert a footnote with an asterisk (not number) on the right side of the title in the article's language.

6.6.3. Title in English, with only the first letter in capital letter, in bold and in italic, centralized. In the case of articles written in English, this element must be substituted by the title in Portuguese.

6.6.4. The article must not include the names of the author(s). The information for publication purposes will be taken from the metadata entered by the author(s) in the journal's electronic system at the time of submission.

6.6.5. Abstract in the article's language (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, until 200 words), preceded by the word "Abstract" written in the article's language.

6.6.6. Indication of five keywords in the article's language (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords" written in the article's language.

6.6.7. Abstract in English (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, up to 200 words), preceded by the word "Abstract". In case of articles written in English, this element must be replaced by the abstract ("*resumo*") in Portuguese.

6.6.8. Indication of five keywords in English (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords". In case of articles written in English, this element must be replaced by keywords ("*palavras-chave*") in Portuguese.

6.6.9. Table of contents, indicating the titles of the sections and subsections, with progressive numbering in Arabic numbers.

6.6.10. Development of the scientific article: progressive numbering, in Arabic numbers, must be used to make clear the content's systematization.

6.6.11. Bibliographic references list must bring only sources that were really used, located in the end of the article, separated by a simple space, lined to the left margin (no indent).

6.6.12. For other aspects, apply Brazilian technical norms (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).

6.6.13. In the case of articles with 4 or more authors, it is necessary to include a footnote indicating the contribution of each one to the article.

6.7. Highlights must be made only in italics, meaning that bold, underlined or caps lock, cannot be used to highlight.

6.8. Images and boards must be inserted in the text, not in the end in form of attachments.

7. Scientific Methodology

7.1. The references of books, chapters in collective books, articles, theses, dissertations/essays, monographs of quoted authors used as base to write the text must be mentioned as a reference on the footnotes, with all the information about the text, according to the Brazilian technical norms (ABNT NBR 6023:2018 – summarized in the item 7.1.3 below), and especially, indicating the page of which the information written on the text was taken, right after the reference.

7.1.1. Book's title (or journal's title) must be highlighted in italics (bold shall not be used for that purpose).

7.1.2. Articles written in the format AUTHOR-YEAR will not be accepted for publishing.

7.1.3. References shall appear as follows:

7.1.3.1. Books:

LAST NAME, Name Middle Name. *Title of the book in italics*: subtitle not in italics. Number of the edition. City: Publisher, Year.

Example:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando*. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

7.1.3.2. Chapter in a collective book:

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the Chapter not in bold. In: ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name; 2ND ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name, and so on, separated by semicolon (Org. or Coord.). *Title of the book in italics*: subtitle not in italics. Number of the edition. City: Publisher, Year. first page-last page [preceded by "p."].

Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sánchez; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilla: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

7.1.3.3. Articles in journals:

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the article not in bold. *Title of the journal in italics*, city, volume, number, first page-last page [preceded by "p."], months of publishing [abbreviated with the first three letters of the month followed by dot and separated by a slash], Year.

Example:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

7.1.3.4. Theses of Full Professor contests, Doctoral theses, Master's dissertations/ essays, Undergraduate and Graduate courses monographs:

LAST NAME, Name Middle Name. *Title in italics*: subtitle. City, year. number of pages followed by "f". Kind of the work (Degree obtained with the defense) – Department or Sector, Name of the institution.

Example:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

7.1.3.5. DOI – Digital object identifier: If the document consulted in the research has the DOI number, it is recommended to include, in a complementary way, the number after the end of each reference. Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

7.1.3.6. Documents in electronic media: Documents extracted from electronic media must present after the end of each reference the location of the network where it was found and presented as follows. Example:

DIJDL. International Journal of Digital Law. *Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>. Acesso em: 12 fev. 2020.

7.1.4. The elements of references must observe the following model:

7.1.4.1. Author: LAST NAME in capital letters, comma, Name with the initials in capital letters, Middle Name with the initials in capital letters, followed by a dot.

7.1.4.2. Edition: the information must only be included after the second edition of the book, without ordinal, followed by a dot and “ed.”. Example: 2. ed.

7.1.4.3. Year: it must be written with Arabic numerals, without dot in thousand, preceded by comma, and followed by a dot. Example: 1997.

7.1.5. In case of being impossible to find one of those elements, the absence must be resolved in the following manner:

7.1.5.1. Absence of city: replace for [S.I.].

7.1.5.2. Absence of publisher: replace for [s.n.].

7.1.5.3. Absence of year: the approximated year must be indicated between brackets, followed by a question mark. Example: [1998?].

7.2. The quotations (words, expressions, sentences) must be carefully reviewed by the authors and/or translators.

7.2.1. The direct quotations must follow this pattern: transcription until four lines should fit in the text body, with normal letter, normal spacing and quotation marks.

7.2.2. It is strongly recommended that long textual quotations (more than four lines) are not used. However, if indispensable, they shall constitute an independent paragraph, with 1,5 cm of decrease related to the left margin (justified alignment), with simple lines and font 10. In that situation, quotation marks must not be used.

7.2.3. It is forbidden the use of “op. cit.”, “loc. cit.”, “ibidem” and “idem” in the footnotes. The references in footnote must be complete and written out.

7.2.4. For the mention of authors in the text body, it is forbidden the use of capital letters (e.g. for Name LAST NAME...). In this case all mentions shall be written only with the first letter in capital letter (ex.: for Name Last Name...).

8. Composition

8.1. Apart from having an adequate scientific language for an editorial publication, the text must be reviewed.

8.2. In the case of articles written in Portuguese, the writing must obey the new orthographic rules in force since the promulgation of the Portuguese Language Orthographic Agreement, from January 1st, 2009.

8.3. Citations of texts that precede the Agreement must respect the original spelling.

9. Articles resulted from funded researches

Articles resulted from funded research projects shall indicate in a footnote, located at the end of the article title in the original language, the information related to the research financing.

10. Copyright statement

Authors who publish in this Journal have to agree to the following terms:

10.1. No copyright or any other remuneration for the publication of papers will be due.

10.2. Authors retain copyright and grant the International Journal of Digital Law the right of first publication with the article simultaneously licensed under the [Creative Commons Attribution License](#), which allows sharing the work with recognition of its initial publication in this Journal. Moreover, because of their appearance in this open access Journal, articles are free to use, with proper attribution, in educational and non-commercial applications.

10.3. Authors are allowed and encouraged to post their work online (e.g. in institutional repositories or on their personal webpage) at any point before or during the submission process, as it can lead to productive exchanges, as well as increase the impact and citation of published work (see [The Effect of Open Access](#)).

11. Authors responsibilities

11.1. Authors are responsible for the published content, committing therefore to participate actively in the discussion of the results of their scientific research, as well as the review process and approval of the final version of the work.

11.2. Authors are responsible for the conducting all the scientific research, as well as its results and validity.

11.3. Authors should report the Journal about any conflict of interest.

11.4. Authors are fully and exclusively responsible for the opinions expressed in their articles.

11.5. When submitting the articles, authors recognize that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.

12. Conflict of interest

The public confidence in the double-blind peer review process and the credibility of published articles depend in part on how conflicts of interest are managed during manuscript writing, peer review and decision making by the editors.

12.1. It is mandatory that the author of the manuscript declares the existence or not of conflicts of interest. Even thinking that there are no conflicts of interest, the author must declare this information in the article submission act, marking that field.

12.2. Conflicts of interest may appear when authors, reviewers or editors have interests that, apparently or not, may influence the development or evaluation of manuscripts.

12.3. When authors submit a manuscript, they are responsible for recognizing and revealing financial or other nature conflicts that may have influenced their work.

12.4. Authors must recognize all the financial support for the work and other financial or personal connections related to the research. The contributions of people who are mentioned in the acknowledgments for their assistance in the research must be described, and its consent to publication should be documented.

12.5. Manuscripts will not be simply dismissed because of a conflict of interest. A statement that there is or not a conflict of interest must be made.

12.6. The ad hoc reviewers must also reveal to editors any conflicts of interest that could influence their opinions about the manuscript and must declare themselves unqualified to review specific documents if they believe that this procedure is appropriate. In the

case of the authors, if there is silence from the peer reviewers about potential conflicts, it will mean that conflicts do not exist.

12.7. If a conflict of interest on the part of the peer reviewers is identified, the Editorial Board will send the manuscript to another ad hoc reviewer.

12.8. If the authors are not sure about what might constitute a potential conflict of interest, they should contact the Journal's Editor-in-Chief.

12.9. In cases in which members of the Editorial Team or some other member publish frequently in the Journal, it will not be given any special or different treatment. All submitted papers will be evaluated by double blind peer review procedure.

13. Other information

13.1. The articles will be selected by the Editor-in-Chief and the Editorial Board of the Journal, which will contact the respective authors to confirm the text reception, and then forward them to the two ad hoc reviewers' analysis.

13.2. The received and not published originals will not be given back.

13.3. Authors have the right to appeal of the editorial decisions.

13.3.1. They will be granted five (5) days from the date of the final decision of the Editorial Board to appeal.

13.3.2. The written appeal must be sent to the e-mail: <journal@nuped.com.br>.

13.3.3. The appeal will be examined by the Editorial Board within thirty (30) days

CONDITIONS FOR SUBMISSIONS

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. The contribution is original and unpublished (except in the case of articles in a foreign language published abroad) and it is not being evaluated for publication by another Journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor."
2. The submission file is in Microsoft Word, OpenOffice or RTF.
3. URLs for the references have been informed when possible.
4. The text has between 15 and 30 pages (A4 size – 21 cm by 29.7 cm), including the introduction, development, conclusion (not necessarily with these titles) and a list of references; margins used are: left and top of 3 cm and right and bottom of 2 cm; the text is written in Times New Roman format, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt. before and after paragraphs; in the footnotes it was used Times New Roman, size 10, 1 pt. spacing; in the text development, paragraphs have an indent of 1.5 cm from the left margin; headings and subheadings are aligned on the left margin; figures and tables are inserted in the text, not in the end of the document as attachments.
5. The text respects the stylistic and bibliographic requirements outlined in the [Author Guidelines](#), on the page About.
6. In case of submission to a section with peer review (e.g.: articles), the instructions available in [Ensuring blind evaluation by peer reviewers](#) have been followed.
7. The author states that, except for the direct and indirect quotations clearly indicated and referenced, the article is of his/her authorship and therefore does not contain plagiarism. And states that he/she is aware of the legal implications of the use of other authors material.

8. The author states that participated in the work enough to make public their responsibility for the content and that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.
9. The author agrees with the liability policy defined in item 10. Authors responsibilities of the [Author Guidelines](#).

PRIVACY STATEMENT

This journal is committed to ethics and quality in publication, following international patterns of scientific publication. We support standards of expected ethical behavior for all parties involved in publishing in our journal: the author, the journal editor, the peer reviewer and the publisher. We do not accept plagiarism or other unethical behavior. Thus, it follows the guidelines of the [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

Duties of Editors

- **Publication decision:** The journal's editor is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor is guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may consult with editorial board or reviewers in decision making.
- **Fair play:** The editor should evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors.
- **Confidentiality:** The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate.
- **Disclosure and Conflicts of interest:** The editor must not use unpublished information in his/her own research without the express written consent of the author. The editor should recuse him/herself from considering manuscripts in which he/she has conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or (possibly) institutions connected to the papers.
- **Involvement and cooperation in investigations:** The editor should take reasonable responsive measures when ethical complaints have been presented concerning a submitted manuscript or published paper.

Duties of Reviewers

- **Contribution to Editorial Decision:** Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper.
- **Promptness:** Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process.
- **Confidentiality:** Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others.

- **Standards of Objectivity:** Reviews should be conducted objectively and referees should express their views clearly with supporting arguments.
- **Acknowledgement of Source:** Peer reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. The peer reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge.
- **Disclosure and Conflicts of Interest:** Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

Duties of Authors

- **Reporting standards:** Authors of reports of original research should present an accurate account of the work performed as well as an objective discussion of its significance. Underlying data should be represented accurately in the paper. A paper should contain sufficient detail and references to permit others to replicate the work. Fraudulent or knowingly inaccurate statements constitute unethical behavior and are unacceptable.
- **Originality and Plagiarism:** The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. Plagiarism in all its forms constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Multiple or Redundant Publication:** An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. To publish the same article in different journals without informing the editors and having their agreement constitute unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Acknowledgement of Sources:** Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Information obtained privately, as in conversation, correspondence, or discussion with third parties, must not be used or reported without explicit, written permission from the source. Information obtained in the course of confidential services, such as refereeing manuscripts or grant applications, must not be used without the explicit written permission of the author of the work involved in these services.
- **Authorship of the Paper:** Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication.

- **Disclosure and Conflicts of Interest:** All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.
- **Fundamental errors in published works:** When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.

Duties of the Publisher

We are committed to ensuring that advertising, reprint or other commercial revenue has no impact or influence on editorial decisions.

Our articles are peer reviewed to ensure the quality of scientific publishing and we are also users of CrossCheck (CrossRef's plagiarism software).

* This statement is based on Elsevier recommendations and COPE's Best Practice Guidelines for Journal Editors.